

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

SUBSISTÊNCIA AKWÊ-XERENTE

Formas de Manejo do Ecossistema e Projetos Desenvolvimentistas Em Um Grupo Jê

Dissertação de Graduação apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Antropologia Social

Francisco Carlos Oliveira Reis

Orientador: Paul E. Little

Brasília
Março de 1999

SUMÁRIO

Introdução.....	6
Capítulo 1: Histórico e Organização Social da Sociedade Xerente.....	13
Capítulo 2: Manejo do Ecossistema Mediante a Roça Entre os Xerente.....	26
Capítulo 3: Mudanças do Padrão de Subsistência Xerente.....	40
Capítulo 4: Projetos Desenvolvimentistas.....	48
Conclusão.....	61
Bibliografia.....	68
Anexos.....	72

A

Meu pai

Exemplo de obstinação, trabalho e ética

In Memoriam

I followed the straight path. It led comfortably by means of a thick trunk across the river, but on the other bank it stopped short at the foot of a cliff, where rocks towered on three sides. I climbed up and there reached a large village of the dead. However, I knew that I was not yet permitted to remain there.

(Bruê describes his shadow-soul's experience. Nimuendaju. The Serente 1942: 91)

AGRADECIMENTOS

A ciência é um exercício de muitas mãos, atividade criadora que sempre mobiliza o esforço de uma coletividade. A realização deste trabalho somente foi possível porque este espírito esteve sempre a pairá-lo, doutra forma ele jamais teria vindo à tona.

Nesse sentido, quero começar agradecendo ao Profº Dr. Paul Little, pelo apoio intelectual desde o primeiro momento, e por ter me orientado e acompanhado com real interesse nesses últimos três semestres na difícil tarefa de dar corpo ao que inicialmente era apenas uma idéia embrionária.

Ao Profº Dr. Carlos H. Saito, do Departamento de Ecologia, com quem primeiro vislumbrei a possibilidade deste trabalho no decorrer dos dois últimos anos em que pesquisamos sobre a etnoecologia do fogo entre indígenas do cerrado.

Aos Professores Alcida Rita Ramos e Stephen Grant Baines, por aceitarem participar da banca examinadora e pela atenção com que me atenderam sempre que procurados.

Ao Profº Eiyty Kato, da FAV-UnB (Faculdade de Agronomia e Veterinária), pelas explicações objetivas sobre efeitos do fogo na fertilidade do solo do cerrado.

Ao Pr. Rinaldo de Mattos, cujo depoimento muito me ajudou nas informações sobre a população Xerente entre a década de 70 e 80.

Ao Edward, um outro “Xerentólogo”, pelas discussões sempre esclarecedoras e pela ajuda na bibliografia.

A minha irmã Maria Clara e meu cunhado César Nava, por todo o apoio logístico que me deram desde Palmas.

Um agradecimento todo especial vai para Silvino Sirinãwê que, com sua simplicidade, me proporcionou uma estada extremamente acolhedora em sua casa. Para sua mulher, Ilza Kuze, fica o eterno reconhecimento pela sua prestatividade e atenção.

A Valdir Siptamonwê, que primeiro me recebeu com a generosidade tão abundante em seu povo.

A Warõ, Wuakidí, Mondí, Wuãkrurê, Sumenkwá e mais uma centena de outros Xerente que foram infinitamente pacientes e compreensivos com um antropólogo neófito repetidas vezes a importuná-los nos seus labores.

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade fazer um estudo da subsistência do grupo indígena Akwê-Xerente a partir de duas viagens de campo realizados nos meses de junho e novembro de 1998. Procuramos analisar a subsistência Xerente nos seus aspectos tradicionais enquanto um manejo do ecossistema que envolve o sistema de roça rotativa e as práticas extrativistas do grupo. Essa subsistência é parte de um padrão de subsistência mais amplo dos grupos Jês.

Nosso trabalho também analisa as implicações dos projetos desenvolvimentistas que têm surgido nos arredores das reservas Xerente (exógenos) e no interior das reservas (intra-aldeias) para a subsistência tradicional dos Xerente.

INTRODUÇÃO

Gostaria de iniciar esta introdução explicitando as condições em que se deu a gênese e o processo de definição deste trabalho. Seus primórdios devem ser buscados em junho de 1997, quando me juntei ao Profº Dr. Carlos Saito, do Departamento de Ecologia da UnB, para trabalhar como bolsista ITI/RHAE do subprojeto “Etnoecologia do Fogo”, onde se procurava realizar um levantamento preliminar das práticas de queimadas pelas diversas sociedades indígenas que ocupam o cerrado, buscando identificar as regularidades existentes quanto à frequência, época do ano e estratégias de lidar com o fogo por parte desses grupos.

Este subprojeto era parte integrante do projeto “Efeitos do Fogo no Bioma do Cerrado”, uma das principais linhas de pesquisa do Departamento de Ecologia e cuja produção científica concerne aos efeitos do fogo sobre a fauna, a flora, o solo e o clima do cerrado, sempre de acordo com um enfoque ecologista. Nosso subprojeto, no entanto, tinha objetivos diferentes porque ele procurava analisar o manejo ecológico do fogo tentando se aproximar, o máximo possível, das concepções culturais sobre manejo presente nas populações indígenas, e, de posse do que conseguíssemos reunir sobre esse tema, mostrar, por um lado, até que ponto esses grupos mantêm um manejo sustentável com o ecossistema e, por outro, estabelecer ações efetivas para educação ambiental.

De início nosso trabalho foi dificultado pela ausência de uma relação das áreas indígenas do cerrado brasileiro, pela ausência de verbas que possibilitasse um trabalho *in situ* e de uma literatura que explorasse o assunto de forma mais detalhada. Resolvemos então fazer um levantamento provisório das áreas indígenas do cerrado brasileiro mediante uma ampla consulta bibliográfica a artigos, etnografias, ou estudos sobre práticas culturais associadas ao manejo do fogo por populações indígenas do cerrado. Após termos essa lista provisória, procedemos ao delineamento de um mapa com a localização das reservas indígenas dentro do ecossistema do cerrado. Para tanto, utilizamos um mapa do Brasil com as terras indígenas na escala de 1:5.500.000, esboçado pela FUNAI e um mapa de ecossistemas brasileiros de 1:10.500.000, elaborado pelo MMA-Projeto Cenários para o planejamento da gestão ambiental. Inicialmente, ambos os mapas foram digitalizados através de mesa digitalizadora, mas por problemas de equipamento foi necessário recomençar o trabalho, optando-se desta vez pelo SIG (Sistema de Informações Geográficas) SAGA/UFRJ e uma entrada de dados via teclado apoiada na captura de imagem por *scanner*. Foi

possível nesta nova fase utilizar uma base digital da FUNAI, para a criação de uma base de dados de acordo com as necessidades do estudo. Integrou-se ainda O SIG a um BDA (Banco de Dados Alfanumérico), contendo dados sobre as áreas indígenas que permitiram mapear a distribuição dos diferentes grupos. A área de cerrado considerada pelo nosso estudo se restringiu ao seu *core* determinante no Brasil Central, não abrangendo, assim, suas disjunções em Roraima, Amapá, Regiões Sul e Sudeste.

O trabalho acima foi apresentado como painel-resumo na 50ª Reunião Anual da SBPC, em julho de 1998. Como continuidade desse mesmo trabalho, resolvemos produzir outros dois para dar maior precisão ao nosso tema. No primeiro, nos resumíamos a apresentar aqueles grupos Jês como Xavante, Xerente, Krahó e Kayapó que fazem o manejo do fogo dentro de um curso histórico que antecede o contato com os colonizadores, além de mostrar o lado prático desse manejo no preparo do roçado, e como auxiliar no planejamento da caça. Num segundo trabalho, de aspecto muito mais teórico, procurávamos expor as razões para se discutir a questão do fogo no cerrado desde uma etnoecologia do fogo, em que chamávamos a atenção para a necessidade de se realizar um estudo mais integrado, de modo a se compreender a relação do fogo com o conjunto do ecossistema e não com suas partes isoladas; mostrar que fogo, homem e natureza co-evoluíram durante seu longo convívio, constituindo uma teia de relações extremamente complexa. Ambos os trabalhos foram apresentados como painel-resumo no II Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, realizado na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) entre 19 e 24 de julho de 1998.

O envolvimento com as pesquisas sobre etnoecologia do fogo entre os índios do cerrado me levou a tomar contato com todo um campo da antropologia que lida com as questões relacionadas ao manejo de ecossistema entre grupos indígenas e camponeses (Toledo 1995 e Posey 1985). Assim, à época de cursar a disciplina “Seminário de Pesquisa Antropológica”, muito me foi útil a orientação do Profº Dr. Paul Little para precisar as questões que eu queria discutir sobre Etnoecologia do fogo como perspectiva de um trabalho final de curso.

Talvez pelo fato dos dados estudados junto ao subprojeto Etnoecologia do Fogo terem convergido para os Jês Centrais, a opção de trabalhar com os Xerente tenha sido quase natural. Mas na aparência dessa naturalidade estão as limitações materiais e etnográficas para a realização de uma pesquisa de graduação. De sorte que foi pensando nestas limitações que decidi fazer meu primeiro trabalho de campo com os Xerente porque parentes meus, residentes em Palmas, e que conheciam moradores da cidade de Tocantínia com contatos entre os Xerente, poderiam me ajudar a chegar até à área do grupo. E foi com ajuda de um desses parentes e do ex-prefeito de Tocantínia Raimundo Xuxu Bucart, que em janeiro de 1998 fui apresentado ao então cacique da aldeia Salto, Valdir Siptamonwê.

Meu trabalho de campo se desenvolveu em duas etapas. A primeira se deu entre os dias 01 e 16 de junho de 1998 e, a segunda etapa, entre 01 e 11 de novembro de 1998, totalizando, assim, quatro semanas de campo.

Não pretendo fazer aqui um relato da minha experiência de campo, algo que a tradição antropológica já o fez com reflexões profundas. Abro apenas um parêntese do que ela significou para mim à proporção que foi uma vivência, uma textura dotada de cores, perspectiva e luz compondo um quadro onde os labores intelectuais, as leituras ou reflexões não foram meros traços esmaecidos numa tela. Foi imbuído desse espírito de imersão e equilíbrio que as premissas de base a orientarem o meu trabalho, no caso, o uso ecológico do fogo e o manejo do ecossistema entre os Xerente, calcadas nas pesquisas que eu tinha desenvolvido no Laboratório de Ecologia, do Departamento de Ecologia da UnB, puderam ser reformuladas. Com efeito, à luz das sempiternas lições dos clássicos, não poderia iniciar meu trabalho decidido a provar certas hipóteses e ser incapaz de mudar meus pontos de vista ante a pressão da evidência (Malinowski 1978: 22); além disso, “o antropólogo deve seguir o que encontra na sociedade que escolheu estudar: a organização social, os valores e sentimentos do povo, e assim por diante” (Evans-Pritchard 1978: 300).

Foi precavido por estes conselhos que acabei por mudar o que seria inicialmente apenas um relatório de campo sobre as relações dos Xerente com o ecossistema para agregar à minha descrição uma situação de conflito inesperada que incidia diretamente sobre as práticas de roçado Xerente. A abordagem desse conflito também trouxe, junto com ele, a necessidade de correlacioná-lo aos projetos desenvolvimentistas intra-aldeias implantados pelo governo estadual na aldeia Salto e, sobretudo, vê-lo como parte do faccionalismo patrilinear Xerente segmentador de aldeias, conforme nos mostra Farias (1995) no seu estudo sobre a organização social e dinâmica das relações entre as aldeias.

Ao longo destes primeiros 16 dias de trabalho de campo, vividos no desenrolar dos conflitos pela sucessão do cacique, tive a oportunidade de ser acolhido por uma família elementar Xerente (casal e um filho), algo que foi fundamental para o aprofundamento do meu trabalho e compreensão do desenrolar da vida social e cultural do grupo nos seus “imponderáveis da vida real” (Malinowski 1978: 29).

Após o retorno do campo, cogitei de mudar a linha do meu trabalho tendo em vista a situação de conflito testemunhada, algo que implicaria novas leituras e novos problemas. Ponderado pelo meu orientador, cinco meses depois resolvi fazer uma segunda viagem para observar o desenrolar e o encaminhamento dado aos acontecimentos sem o clima de animosidade à época de minha primeira viagem.

Foi assim, amadurecido pelo trabalho de gabinete e as releituras, que no meu retorno ao campo pude entender melhor de que forma o faccionalismo Xerente respondia a um conflito que, pensava eu, tinha se desencadeado fora de sua organização social mas que, observando bem, serviu apenas como o catalisador de um conflito entre metades e clãs como é característica dos grupos Jês.

Este trabalho está fortemente calcado na etnografia, e cada uma das suas partes se complementam à medida que eles desembocam numa discussão sobre a subsistência dos Xerente, partindo do caso da aldeia Salto. Antes de iniciar qualquer discussão achei imprescindível remeter um pouco aos primeiros contatos dos Xerente com os segmentos da sociedade nacional envolvente que há cerca de 200 anos têm contato com o grupo, desde a época em que este ainda vivia em estreita proximidade com um outro grupo Jê, os Xavante. Este apanhado histórico, que vai do século XVIII até a sua atualidade, baseia sua descrição principalmente nos dados sobre os Xerente que nos foram legadas pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Ainda neste primeiro capítulo, em que faço esse apanhado histórico, também aproveito para traçar, de forma apenas panorâmica, o tipo de organização social que predomina entre os Xerente, baseada em metades exogâmicas patrilineares, clãs e grupos de idades, que são parte fundamental do faccionalismo patrilinear segmentador de aldeias existente no grupo (Farias 1995: 181).

No capítulo seguinte, inicialmente faço uma descrição do cerrado e da sua relação histórica com as políticas desenvolvimentistas do poder público para depois mostrar a inserção deste ecossistema num debate que tem se desenrolado em várias áreas do conhecimento sobre a importância cultural, social, econômica e histórica do cerrado na geografia brasileira. Procuro deixar claro que, os Xerente e outras etnias habitantes do cerrado, como parte desse debate, têm direito de precedência sobre os destinos desse ecossistema. Em seguida, vou concentrar minha descrição e análise sobre as práticas de roçado rotativa ou itinerante, baseadas em capoeiras (*Wuasterê*), utilizadas pelos Xerente do Salto de acordo com o método de corte-e-queima.

O terceiro capítulo serve, por assim dizer, como transição entre o segundo e o quarto porque ele descreve as formas de subsistência tradicional de grupos Jês como os Xavante e Krahó com o intuito de seguida compará-las com o padrão de subsistência Xerente. Mostro também qual a importância das formas subsidiárias de aproveitamento dos recursos do ecossistema levado a efeito pelos Xerente através do manejo.

O quarto capítulo, vai se concentrar na descrição e análise de três projetos desenvolvimentistas em fase de construção ou planejamento que têm efeitos diretos sobre a subsistência e as relações interétnicas dos Xerente. Eu poderia ter limitado a minha discussão à subsistência dos Xerente no contexto do manejo do ecossistema e das práticas de roçado, mas por decisão própria achei que essa discussão ficaria mais bem fundamentada se ela fosse considerada no

seu sentido *lato sensu*, mostrando de que forma os projetos desenvolvimentistas exógenos e intra-aldeias são fatores importantes para a minha discussão sobre subsistência.

O capítulo seguinte, de caráter conclusivo, retoma as discussões e análises presente ao longo do texto partindo sobretudo dos temas que dominam os capítulos dois e quatro e parte do três, ou seja, o manejo do ecossistema, as práticas de roçado, as rendas das famílias elementares e os projetos desenvolvimentistas exógenos e intra-aldeias que desembocam todos eles numa discussão sobre as mudanças nas formas de subsistência Xerente, eixo deste trabalho.

CAPÍTULO 01

HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL XERENTE

Histórico da População Xerente e de Suas Relações Interétnicas

A região compreendida entre os rios Araguaia e Tocantins é uma mesopotâmia privilegiada para se compreender a distribuição populacional dos grupos Jês Centrais. A localização desta área se dá no ponto exato que foi palco de inúmeros conflitos entre índios e segmentos da sociedade nacional envolvente que ali se instalaram desde o século XVI. Recuando no tempo, vamos notar que as crônicas e os registros deixados por missionários, viajantes e exploradores traçam uma história da região marcada pela ocupação de colonizadores, garimpeiros, mineiros e aventureiros que teve como características predominantes os confrontos, as disputas territoriais, os massacres e etnocídios dos grupos Jês Centrais ocupantes históricos daquela região.

Os primeiros registros que permaneceram da chegada dos europeus nos mostram que, entre os séculos XVI e XVII, o termo *Tapuyas* era generalizado para se referir àqueles grupos que habitavam o interior do Brasil como uma forma de distingui-los dos tupis do litoral brasileiro. O termo se tornou de tal forma difundido entre os primeiros cronistas que hoje é deveras difícil distinguir a quem ele se referia com precisão (Maybury-Lewis 1966: 341).

O final do século XVIII e o início do XIX, também são fortemente marcados pela instalação de núcleos populacionais como os arraiais de garimpeiros e mineiros que penetravam em terras indígenas ávidos por metais preciosos. Nos contatos com os índios da região, esses núcleos tinham como tônica os confrontos armados que traziam perdas consideráveis para ambos os lados. Num desses confrontos, ocorrido em 11 de fevereiro de 1813, uma coligação de Xerente, Xavante e Karajá marchou contra o presídio de Santa Maria obrigando seus 38 ocupantes a lutarem contra o cerco das oito da manhã até às três da tarde. No decorrer do conflito “sobre os 12 soldados caiu uma chuva de setas envenenadas, mas nenhuma os offendeu (*sic*), ao passo que sobre as compactas columnas dos silvícolas as balas produziam grandes estragos!” (Alencastre *apud* Farias 1990: anexo). Segundo o mesmo relato, ao cair da noite, os “silvícolas” suspenderam o cerco e os

ocupantes do presídio puderam fugir às pressas.

No século XIX, o viajante alemão Von Martius foi o primeiro a utilizar o termo Jê para denominar estes povos, mostrando, com isso, que as chamadas línguas *Tapuyas* não eram de todo homogêneas como poderiam pensar os primeiros cronistas (Melatti 1993: 33). No caso específico dos Xerente, os primeiros relatos que lhes fazem referência tomavam-nos como um subgrupo Xavante. De fato, a relação entre as duas etnias é bastante controversa e difícil de ser estabelecida devido a confusão que os cronistas mais antigos faziam entre elas (Maybury-Lewis 1984: 40). Assim acontecia porque, até o século XIX, os Xavante viveram em estreita proximidade aos Xerente, onde é hoje o estado do Tocantins. A separação entre as duas etnias se inicia com a migração maciça dos Xavante, a partir da década de 40, em direção ao rio das Mortes; migração esta que estará efetivada por volta de 1862 (Maybury-Lewis 1966: 355).

Neste quadro histórico de relatos desencontrados e descrições etnográficas confusas, os dados demográficos sobre a população indígena podem apenas ser conjecturados em vista da leitura difícil das poucas fontes. Ainda com relação ao século XIX, um dado útil sobre a população Xerente se refere ao ano de 1824, quando o Brigadeiro R.J. Cunha Mattos estabelece o aldeamento da Graciosa, que agregava “800...selvagens, com um furriel e dois soldados” (Brasil 1924: 202). Sem que saibamos quantos e se havia Xavante neste aldeamento, em novembro de 1824, apenas cinco meses após o seu estabelecimento, “teve Cunha Mattos notícia de ataques dos Chavantes à aldeia Graciosa” (*Idem* 203).

Sem que se tenha maiores notícias sobre o destino desta “Aldeia Graciosa”^[1], no ano de 1851, o frei Rafael Taggia, um capuchinho italiano que viveu entre os Xerente na segunda metade do século XIX, recenseou junto à “nova povoação de Theresa Christina do rio Tocantins” 944 índios do sexo masculino e 1195 do sexo feminino num total de 2139 “Cherentes e Chavantes”. A densidade demográfica desta população deve ter sido bastante flutuante, pois, nas palavras do próprio Taggia,

“Estes índios foram muito decimados pelas epidemias frequentes, e nas invasões das Bandeiras; porém como são muito prolíficos, e continuando a viver em paz, ficaram vistosamente aumentados...” (Taggia 1856: 120).

A população desta povoação parece ter aumentado para 2723 pessoas, conforme atesta o relato de Alfred Marc, jornalista francês e um dos diretores da *Société de Géographie Commerciale*, de Paris, que esteve na povoação de Theresa Christina entre fins de 1887 e começos de 1888

(Magalhães 1927: 16).

Mais uma vez, é difícil dizer até que ponto esta população que Marc encontrou seja apenas de índios Xerente porque, no início do século, provavelmente já sob o influxo da retirada Xavante e com a clara distinção entre esta etnia e os Xerente, Vianna lista 12 aldeias Xerente nas margens do Tocantins com um total de 1360 índios no início do século XX (Vianna 1927:35). Além disso, conforme observa Maybury-Lewis e também o atesta Nimuendajú:

“the two tribes [Xerente e Xavante] are always clearly distinguished, for the Sava’nte definitively withdrew westward across the Araguaya at this time, while the Sere’nte remained in their probably pristine home, on both sides of the Tocantins..” (Nimuendajú 1942: 06).

Após o levantamento de Urbino Vianna, mesmo havendo referências pontuais sobre os Xerente, principalmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, os dados demográficos até o final da década de 30 são bastante escassos. A própria monografia de Nimuendajú, referência clássica e obrigatória sobre os Xerente, apesar de ter encontrado “the aboriginal culture in a state of collapse” (*Idem* 8) não se preocupa em fazer nenhum recenseamento sobre a população nos dois períodos em que lá esteve, resumindo-se a afirmar de forma vaga que “the number was comparatively large and on the increase” (*Idem* 11)

Entre os anos de 1934 e 1938, Júlio Paternostro, trabalhando no Serviço de Febre Amarela, esteve na região em contato próximo com os Xerente e no seu livro *Viagem ao Tocantins* (1945) descreve que nesta época os Xerente estavam reunidos em 5 cinco aldeias de aproximadamente 180 famílias e que

“As características de sua cultura estão desaparecendo e os indivíduos escasseando à custa da malária” (Paternostro 1945:147).

O único número da população Xerente que ele fornece, de 2.000 pessoas, é impreciso não apenas porque ele agregava neste censo os Apinaye, habitantes das proximidades, mas também porque esses números destoam de todos os outros que temos a seguir.

Entre as décadas de 50 e 60, o antropólogo inglês Maybury-Lewis dá início ao *Harvard Central Brazil Project*, um projeto com o objetivo preliminar de fazer um estudo comparativo dos grupos Jês (Maybury-Lewis 1966: 344). Os dados de Maybury-Lewis, recenseando cerca de 330

Xerente, nos dá uma idéia do quanto o censo de Paternostro sobre os Xerente estava superestimado. Numa referência posterior, e que reforça os números de Maybury-Lewis, o pastor batista, Rinaldo de Mattos, que tem conduzido trabalhos missionários junto aos Xerente desde 1959, publica um artigo linguístico com dados de 1964-65 onde afirma haver “cerca de 500 falantes da língua Xerente” (Mattos 1973: 79). No final da década de 70, o mesmo Mattos, tendo sido informante do antropólogo Agenor Farias, estima que naquele momento a população Xerente fosse de 700 pessoas (Depoimento pessoal).

O crescimento da população Xerente, a partir da segunda metade da década de 70, vai estar diretamente relacionado à implantação das equipes de saúde volante da FUNAI e ao programa nacional de vacinação. Tendo acompanhado toda esta situação *in loco*, Rinaldo de Mattos afirmou, em depoimento pessoal, que a demarcação das terras indígenas talvez tenha sido “o fato que mais levantou o moral dos Xerente e permitiu o crescimento da população porque, até então, eles viviam resignados com a idéia de que a extinção do grupo era inevitável”. Em 1984, era registrado um total de 94 pessoas na reserva do Funil enquanto que a reserva Xerente era de 756, perfazendo, assim, um total de 850 Xerente (L.Silva e Pena *apud* CEDI 1986: 341).

Portanto, os números da população Xerente têm variado ao longo dos anos influenciados por inúmeras variáveis que vão desde o grau de penetração da sociedade envolvente em suas terras passando pelas relações interétnicas conflituosas de que se reveste a situação de contato. Aos fatores de ordem interna ao grupo podemos destacar de início dois pontos: o faccionalismo patrilinear segmentador de aldeias e, como veremos mais na frente, a mobilidade espacial^[2] do grupo por solos férteis.

A Organização Social da Sociedade Xerente

Compõem a classificação genética-linguística dos grupos indígenas brasileiros os troncos Tupi, Aruak, e o tronco linguístico Macro-Jê^[3]. Este último é constituído pelas famílias Jê, Maxacali, Fulniô e Bororo, sendo que a primeira é a maior delas, com 21 línguas. A família Jê tem sua distribuição geográfica em praticamente todas as regiões do Brasil, mas é na região Centro-Oeste em que sua presença se faz mais constante e intensa, compondo mais de 30 etnias, representando grupos como os Xavante, os Krahó, os Timbira e os Xerente (Melatti 1993: 33-40). Atualmente, a população Macro-Jê do Brasil Central deve girar em torno de 30.000 indivíduos, tendo como um dos seus traços comum ocuparem o ecossistema do cerrado em seu *core*

determinante[4].

Os Akwê-Xerente, doravante Xerente, estão divididos em duas reservas localizadas no norte de Tocantins a 100 km da capital Palmas. A primeira e menor destas duas reservas, denominada de Funil, está situada entre os municípios de Lajeado e Tocantínia, tendo a rodovia estadual TO-10 que a corta e liga as duas localidades. Do lado leste se encontra a serra do Lajeado e a oeste o rio Tocantins que delimita as terras indígenas. A extensão desta reserva da etnia Xerente é de 15.704 hectares, sendo que o processo de demarcação se iniciou em 1982 e o registro somente foi concluído em 1990. A FUNAI se faz representar por um posto indígena (PI) dentro da reserva que tem, atualmente, 3 aldeias para uma população de 190 pessoas (FUNAI 1998: 52).

Por seu turno, delimitada a oeste pelo rio Tocantins, que também a separa do município de Miracema do Tocantins; a leste pelo rio do Sono e nos extremos sul e norte, respectivamente pelos municípios de Tocantínia e Pedro Afonso, está localizada a maior reserva dos Xerente. Denominada oficialmente de Xerente, esta reserva é integrada por cerca de 30 aldeias, “administradas” por cinco postos indígenas da FUNAI[5] e com uma população de 1095 pessoas numa área total de 167.542 hectares (*Idem* 52). A delimitação da sua área se iniciou em 1973 e obteve seu registro definitivo somente em 1985.

Desde a década de 50, quando a tentativa de expansão das fronteiras agrícolas até as terras Xerente resultou no assassinato de um fazendeiro (Santos 1995: 33), a reserva do Funil tem sido foco de intensos conflitos. Entre os mecanismos de pressão utilizados pelas cidades circunvizinhas contra a presença dos índios do Funil, houve até mesmo um boicote a venda de alimentos a estes em 1976 (*Idem* 33). Resultou que estas tentativas de açambarcar as terras indígenas apenas acirrou a resistência dos Xerente pois, segundo versão de um informante do Salto que acompanhou a demarcação do Funil, eles se recusaram a sair de terras historicamente ocupadas pelos seus ancestrais e que também têm um significado sagrado por causa da existência de um antigo cemitério da aldeia Tamanca.

Na década de 30, época em que Nimuendajú visitou os Xerente, havia 7 aldeias em toda a área ocupada pelo grupo. Esse número de aldeias varia muito pouco ao longo dos anos pois Paternostro cita 5 (1945), Maybury-Lewis 7 (1965) e Agenor Farias apenas 9 (1987). Atualmente, a situação se mostra completamente diferente porque nos últimos dez anos ocorreu uma proliferação enorme de aldeias que passou de 9 para exatamente 34 aldeias, se incluirmos as duas reservas Xerente.

A princípio, poderíamos ensaiar duas causas para a explicação deste fenômeno. A primeira mostrando que esse crescimento enorme do número de aldeias provém do faccionalismo patrilinear

segmentador de aldeias (Farias 1995: 188), que neste caso é semelhante àquele dos Xavante “em termos do qual as pessoas orientam seu comportamento e ordenam suas categorias conceituais”(Maybury-Lewis 1984: 250).

Como nos parece pouco crível que apenas o faccionalismo patrilinear tenha desencadeado uma quase quadruplicação do número de aldeias em pouco mais de dez anos, esse fenômeno também pode ser atribuído a uma orientação da FUNAI determinando o aporte de recursos do órgão não para os postos mas sim para as aldeias. Segundo relato pessoal de Mattos, ao tomarem conhecimento dessa orientação, os Xerente fazem do menor pretexto ou intriga familiar justificava para um movimento de cisão de um grupo de parentela para a instauração de uma nova aldeia com “sua própria infra-estrutura e recursos próprios” (Rinaldo de Mattos)[6]. Esse último aspecto não é estranho aos grupos Jê se lembrarmos que o “Projeto Xavante” mantido pela FUNAI nos anos 80 - com o objetivo de implantar uma agricultura mecanizada em larga escala entre os Xavante - originou uma situação semelhante à Xerente na qual

“a perspectiva de ganhos materiais, através da formação de novas aldeias, acelerou o mecanismo Xavante de fissão e criação de novos grupos locais. Em quatro das sete reservas, o número de aldeias teve aumento significativo desde 1980 (...) Kuluene, que tinha um total de três aldeias, agora têm sete. O número de aldeias de Paraburure pulou de três para nove...” (Graham 1986: 348).

O tamanho de uma aldeia Xerente costuma variar entre cinco a oito famílias elementares, às vezes seguida da família extensa, onde convivem sogro, esposa, filhos solteiros e filhas casadas com seus respectivos maridos e filhos não é rara de ser encontrada. A forma estrutural da aldeia Salto, composta de trinta e três famílias elementares, torna muito difícil o convívio doméstico baseado na família extensa porque o formato de suas casas de alvenaria foi concebido para atender um família nuclear pouco numerosa, fato raro entre os Xerente.

Após o lançamento da monografia de Nimuendajú (1942), os Xerente ganharam uma certa notoriedade na antropologia por causa de sua organização social baseada num sistema de metades, clãs e classes de idade (Maybury-Lewis 1979: 218-219). A leitura dos dados de Nimuendajú por Lévi-Strauss levava este a concluir pela necessidade de conduzir novos trabalhos de campo, em bases comparativas, sobre a organização social das populações indígenas do Brasil Central e Oriental, incluindo os Xerente (Lévi-Strauss 1958: 143-144). Desde então, os dois principais trabalhos sobre os Xerente, os de Maybury-Lewis (1979) e Farias (1994), tiveram como foco central

de suas análises a organização social desse grupo.

De acordo com a descrição mais recente de Farias, os Xerente estão divididos em duas metades exogâmicas patrilineares: *Wahirê* e *Doí*. À primeira delas corresponde os clãs *Wahirê*, *Krozakée* e *Kremprehí*; à metade *Doí* se ligam os clãs *Kuzê*, *Kibazí* e *Isibdu* (ou *Kritó*). O traço que distingue e identifica um clã é o seu padrão específico de pintura, que vem a ser, na verdade, a variação dos motivos básicos do traço e do círculo (Farias 1995: 74-87).

Baseado em relatos ouvidos entre os Xerente, é possível dizer que a estrutura e o funcionamento desse sistema de parentesco patrilinear emerge na consciência coletiva em algumas ocasiões consagradas pela tradição do grupo. Dentre estas ocasiões pode destacar os ritos fúnebres, onde cada clã tem seu par correspondente aos quais será atribuído uma série de prestações e contraprestações de serviços, favores e bens. Se uma pessoa do clã *Kibazi* morre, um homem do clã *Kuzê* assume todos os serviços funerários. Segundo os Xerente, qualquer homem do clã *Kuzê* pode se dispor a cavar a sepultura do morto para em seguida enterrá-lo. Ao final do cerimonial, a família do morto, em nome do clã *Kuzê* retribuirá o representante *Kibazi* com um “bem de valor”, como eles costumam chamar um leitão, uma bicicleta usada ou um saco de arroz. Esta relação binária entre os clãs patrilineares e que põe em movimento o dualismo de metades é denominada de *narkwá* (Nimuendajú 1942: 23).

Os mesmos procedimentos referentes à prestação e contraprestação entre os pares clânicos são encontrados na realização do casamento. Quando a mulher está entrando na puberdade, seus pais, em comum acordo com o pai de um homem do clã correspondente ao seu par, decide o enlace de sua filha determinando a data e os preparativos. Como em muitos casos o casamento não é uma escolha pessoal da noiva, algumas delas rejeitam categoricamente o seu futuro companheiro alegando não gostar dele; mas debalde são os seus protestos porque “os mais velhos determinam assim” (informante da aldeia Salto).

Às vésperas do casamento o tio materno da moça se encarrega dos arranjos e dos gastos para a cerimônia nupcial. Os Xerente mais velhos dizem que a tradição determina o exclusivo direito do noivo e sua parentela sobre a comida e a bebida sendo permitido à noiva e seus familiares consumirem da comida apenas com o consentimento do noivo, o que nos dias de hoje acaba sempre acontecendo. Após o casamento, o nascimento do primeiro filho cria a obrigação, para o pai, de retribuir ao tio materno da mulher os encargos assumidos por este na cerimônia nupcial. O contrapresente vai se dar sob a forma de “uma coisa de valor”.

Além das ocasiões dos ritos fúnebres e do casamento, o sistema de parentesco coloca sua estrutura em funcionamento nos períodos dos ritos de nomeação. Esses ritos, chamados de

dassimpê, por si só constituem um trabalho a parte devido a complexidade do acontecimento, o número de pessoas envolvidas e os recursos mobilizados[7]. O *dassimpê* é, por assim dizer, uma das únicas festas tradicionais ainda mantida no calendário do grupo. Seu período de realização costuma acontecer entre os meses de abril e junho, quando coincide justamente com a época da colheita do feijão e do arroz entre os Xerente.

As classes de idade, o dualismo de metade, o conselho de anciãos e outras formas de organização social que tanto chamaram a atenção de Nimuendajú e dos pesquisadores ulteriores têm passado por transformações entre as novas gerações que tendem a ser apenas como que uma vaga reminiscência na memória dos mais velhos. A um *wawê* (ancião), reputado por conhecer a tradição do grupo, mostrei uma foto de uma insígnia de uma classe dos homens solteiros à época de Nimuendajú mas ele apenas disse, de modo lacônico, que “era do tempo dos mais velhos e eu não peguei”.

As formas de casamento também já não obedecem à risca o padrão patrilinear uxorilocal; testemunhei exemplos de casais que a escolha do par, por vontade própria, tinha ocorrido dentro do mesmo clã sem maior importância à regra das metades exogâmicas. Os velhos atribuem isso a uma perda dos costumes e o desinteresse pela cultura dos Xerente entre os mais jovens. Todavia, já na época de sua visita, Nimuendajú notava que “in the most recent period have people begun to transgress moiety exogamy in extramarital relations” (*Idem* 17).

Nos últimos anos, muitos jovens Xerente estão sendo tentados a assumir valores e a adquirir objetos de uma cultura *kitsh* produzida pela sociedade nacional envolvente como tênis, bicicletas e roupas; surgindo ainda casos daqueles que migram para as metrópoles em busca de uma nova vida[8]. Paradoxalmente, ao lado desse encanto pela vida material ocidental, encontrei muitos jovens que têm plena consciência da superficialidade destas posturas e se dispõem a assumir a responsabilidade que pesa sobre seus ombros de manter viva as tradições culturais do seu povo. Um exemplo vivo desse resgate de tradições diz respeito ao formato circular da aldeia, comum nos antigos relatos sobre os Jês Centrais, mas que há muito havia sido abandonada pelos Xerente. Interrogado sobre o porquê do formato dessa nova aldeia, o ex-cacique Siptamonwê respondeu: “é para ficar mais bonita e imitar os Xavante e os mais antigos”.

CAPÍTULO 02

MANEJO DO ECOSISTEMA MEDIANTE A ROÇA ENTRE OS XERENTE

A Ocupação Desenvolvimentista do Cerrado

Sendo um dos cinco grandes tipos de vegetação que recobrem o território brasileiro[9], o cerrado ocupa uma área de 1.890.278 km², totalizando quase 20% do território brasileiro, apresentando, dessa forma, um surpreendente estoque de biodiversidade cujo conhecimento está longe de se consumir. Na sua definição mais usual, a fisionomia do cerrado se divide em cinco partes: o campo limpo, o campo sujo, o campo cerrado, o cerrado *stricto sensu* e o cerradão (Eiten 1990: 22-23). Não obstante essa classificação, o cerrado não segue como regra um gradiente linear que vai do campo limpo ao cerradão, pois há a constituição de um verdadeiro mosaico destas fisionomias, entrecortadas por uma mata-galeria mais densa e úmida acompanhando o curso dos rios.

A botânica conhece perto de 800 espécies de arbóreas e herbáceas do cerrado, um número pequeno diante da estimativa de que haja o dobro de herbáceas e pelo menos 2500 espécies de vegetais superiores (Coutinho 1992 e Eiten 1990). A fauna do cerrado, por sua vez, inclui o veado campeiro, o tamanduá-bandeira, o lobo-guará, a anta, a capivara e a ema como suas espécies mais típicas; quanto à população de invertebrados (cupins, formigas, besouros), esta ainda não teve sua riqueza inventariada como merece (Coutinho 1992).

O histórico de ocupação do cerrado como uma plataforma desenvolvimentista do Estado nacional remonta à criação da Fundação Brasil Central nos anos 40, que com seu caráter desbravador e colonizador, foi o primeiro marco institucional na ocupação da região Centro-Oeste (Santana Braga 1998: 95). Mas o avanço desenvolvimentista no cerrado começa a ocorrer com mais intensidade somente nos anos 50, quando da inauguração de Brasília e da formulação das políticas de integração e desenvolvimento regional como o PRODOESTE, a SUDECO e o PLADESCO (*Idem* 96-97). Ademais, com as novas técnicas de fertilização do solo, o melhoramento genético de espécies pela EMBRAPA e a aragem mecanizada, o cerrado se torna um dos principais vetores do desenvolvimento nacional tendo contribuído, também, para a vinda de “numeroso contingente de

gaúchos, paranaenses e paulistas (...) com conhecimento altamente desenvolvido das técnicas de produção em grandes extensões, instaurando aqui uma economia de escala que torna essa agricultura altamente competitiva no âmbito internacional” (Aragão 1990: 175).

No bojo desse processo, surgiram diversos estudos[\[10\]](#) que tentam compreender o caráter desenvolvimentista da ocupação do cerrado, onde apenas 7% de sua paisagem natural se mantém preservada, 56% paisagem natural está manejada - incluindo-se nesta categoria os indígenas - e 37% da paisagem já sofreu efeitos antrópicos (Souza Dias 1990: 587). Dentre as principais áreas de estudo que interligam suas análises ao cerrado destacam-se a ecologia, a história, a arqueologia e a sociologia. A antropologia, dentro de uma tradição onde

“les études anthropologiques des relations entre les êtres humains et l’environnement ont évolué au fil des ans (...) et (...) elles se rapportent au débat public en cours dans le monde entier sur les problèmes d’environnement” (Milton 1997: 519)

tem muito a contribuir para a salvaguarda da biodiversidade e da sociodiversidade do cerrado com o registro e defesa dos conhecimentos etnoecológicos (Toledo 1992 e Milton 1997) das etnias indígenas, dos quilombolas e do grupos de camponeses ameaçados por esse processo de expansão desenvolvimentista.

Portanto, quando este estudo ocupa parte do seu objetivo sobre as formas de roçado e do manejo do ecossistema utilizado pelos Xerente ele o faz como parte de um debate onde

“historical research in ecological issues has been a reevaluation of the past impact of humans on landscapes that were previously thought to be pristine or only minimally modified by past inhabitants, whether these be specific indigenous peoples or unknown Paleo-inhabitants” (Little 1999: 15).

Cremos, assim, contribuir para um debate onde a primazia das discussões temáticas não excluam os grupos indígenas, pois que eles são o continente humano que tem o direito de precedência - no que concerne aos destinos desse ecossistema - sobre os colonizadores europeus que o ocuparam após o século XVI.

Aspectos do Manejo do Ecossistema Entre os Xerente

O manejo do ecossistema é conduzido pelos Xerente mediante um antropismo basicamente dirigido para aqueles segmentos do cerrado com os quais eles operam, os quais são o solo, a flora, a fauna e a hidrografia. Para fins de melhor entendimento, esse antropismo deve ser compreendido tão-somente como sendo a relação e a transformação operadas pelos Xerente no interior de seu ecossistema desde duas atividades fundamentais para a subsistência do grupo: a primeira, compreendida pelo sistema de roça rotativa, baseada no método da derrubada e queima, aqui mostrado nas particularidades que a marcam e, a segunda, compreendida pelas práticas extrativistas como coleta de frutas silvestres, extração de palha de coco e fibra de buriti, pesca e caça em que os recursos naturais são apropriados pelo grupo.

Assim, a face mais visível desse antropismo são as roças que consistem nos principais produtos resultantes das práticas agrícolas como a mandioca, o arroz, o milho, o cará, a batata-doce, a abóbora, o mamão, o inhame entre outros. Pelo lado das práticas extrativistas ou de coleta, os principais produtos citados para efeito de análise são as frutas nativas, a matéria-prima natural para confecção de artesanato e a madeira. Tanto as roças quanto as práticas extrativistas podem ser consideradas, num primeiro momento, como as duas principais atividades que compõem a subsistência dentre a maioria das famílias da aldeia Salto.

Todavia, as práticas de roçado e o extrativismo não monopolizam a subsistência dos Xerente. No decorrer da análise do sistema de roçado e do extrativismo, com a respectiva escala em que eles são operados, devemos ter como pano de fundo o fato de que a subsistência dos Xerente também é constituída por outros mecanismos como as aposentadorias e pensões - 14 na aldeia Salto - , a renda gerada da venda de artesanato produzido pelas famílias elementares, os salários dos professores - um total de 45[11] nas duas reservas, e 3 na aldeia Salto - e a mão-de-obra ofertada pelos Xerente nas cidades circunvizinhas, pouco presente no Salto. Incluo esses mecanismos formadores de renda como parte da subsistência Xerente porque eles a influenciam mas não têm uma autonomia capaz de fazer com que as famílias elementares, que as obtêm, prescindam da roça e do extrativismo na sua subsistência. Portanto, para efeito de análise, levaremos em consideração essas rendas, as roças e o extrativismo que, em conjunto, representam a subsistência *lato sensu* dos Xerente da aldeia Salto.

Etapas na Construção de Uma Roça

Os solos das reservas Xerente, como na maior parte do cerrado, são recobertos por espécies nativas adaptadas a um solo de fertilidade pobre. As espécies arbóreas mais conhecidas como buriti, pequi, bacurí, mangaba, caju-do-campo, araticum, jatobá, guabiroba e diversos tipos de cocos como o tucum e o babaçu convivem com uma variedade incomensurável de gramíneas e leguminosas que recobrem o solo. Os diversos gradientes do cerrado na área Xerente já mostram os efeitos da presença do homem por causa do manejo do ecossistema, não sem significado conduzido desde os primeiros grupos coletores que há pelo menos 10.000 anos habitaram o cerrado (Barbosa & Nascimento 1990: 148). Os efeitos desse antropismo são facilmente percebidos ao andarmos numa circunferência de 5 km do ecossistema ao redor da aldeia Salto. Desde as trilhas no interior da mata, por exemplo, é bastante comum nos depararmos com mangueiras, jaqueiras ou bambuzais acompanhados de ruínas remanescentes dos antigos camponeses que ocuparam glebas de terra no interior da reserva até o início de sua demarcação na primeira metade da década de 70.

Os Xerente têm três tipos de roça: a roça de toco (*Brukrarê*), roça de vazante (*Bru*), e a roça mecanizada (*Bruarê*) implantada pela FUNAI. Para efeito de análise, na maioria das vezes em que falamos de sistema de roça ou roçado estamos a se referir às roças de toco, já que a roça de vazante depende sempre dos dejetos despejados pelo rio Tocantins nos seus períodos de cheia e não implica a rotatividade de solo das roças de toco. A roça mecanizada, por sua vez, sempre depende das dotações de recursos da FUNAI ou de acordos com o governo estadual.

Em que pese a fertilidade um tanto quanto desigual das terras do cerrado, o uso do solo pelos Xerente eventualmente se faz acompanhar de algum tipo de fertilizante. Neste item, a calagem é o processo mais usual porque, anualmente, a FUNAI fornece o cal para ser plantado junto com as sementes de arroz. Dessa forma, os Xerente não costumam fertilizar o seu solo por processos artificiais senão aquele da queima, como veremos mais adiante.

O local onde deve ser implantada uma roça é de suma importância e cuidado pois a subsistência familiar, o trabalho investido e as sementes estão sujeitos às intempéries como praga, ausência de chuvas e pobreza do solo que podem comprometer seriamente uma colheita.

Antes de iniciar a roça de toco (*Brukrarê*), o Xerente deve procurar o local no qual irá plantá-la. Esse trabalho de observar e escolher o local da roça, que ocorre logo após a colheita do feijão, ou seja, no mês de junho, não é feito de forma aleatória e incerta pois, assim como os camponeses do sertão nordestino estudados pelos Woortmann, duas características se sobressaem nessa decisão. Em primeiro lugar, decidir pelo local da roça põe em movimento “um saber

acumulado e em constante processo de atualização” (Woortmann & Woortmann 1997:36) derivado da experiência e do convívio com o ecossistema.

Uma outra característica importante da estrutura das roças é que elas estão situadas em trilhas que podem avançar até outra aldeia, se dirigir até o rio, desembocar no ribeirão onde todos se abastecem d’água e tomam banho ou podem ser sempre vizinhas do coqueiral e do babaçuzal que muitos recorrem para extrair palha e coco. Se entre os camponeses sergipanos esse movimento segue sempre uma direção definida, chamada na região de “direção da produção”, que vai das proximidades da casa ou da rodagem (...) para o mato” (Woortmann & Woortmann 1997:36), entre os Xerente elas guardam algumas especificidades.

Para avançarmos um pouco mais na compreensão dessas trilhas estratégicas, chamadas de *bidêdi* (caminho), podemos começar comparando-as com o exemplo fornecido por Ramos, no seu estudo sobre os Sanumá, um grupo Yanomani habitante das serras Parima-Pacaraima, fronteira do Brasil com a Venezuela. Entre esse grupo, as trilhas que ligam as várias aldeias

“traçam caminhos plenos de informações que os Sanumá vão contando viagens curtas de poucas horas ou longas de dias inteiros, informações sobre memoráveis caçadas, encontros com espíritos, flagrantes de inimigos escondidos. Essas trilhas, que se irradiam de cada aldeia, constroem uma elaborada teia de atalhos ligando roças novas a velhas, territórios de caça, locais de coleta e pesca, acampamentos de verão, aldeias vizinhas e distantes. Por elas passam todos os impulsos sociais que mantêm viva a cadeia de relações entre comunidades e que tornam virtualmente impossível o isolamento e a atomização dos grupos locais (Ramos 1990:29).

Entre os agricultores Xerente, *mutatis mutandis*, ocorrem algo não muito diferente. Nota-se que, por exemplo, estas trilhas estratégicas, chamadas de *bidêdi* (caminho), são sempre trilhas de uso coletivo da aldeia e raramente caminho de alguns brancos que atravessam a reserva, pois estes geralmente utilizam as duas estradas de rodagem que percorrem a reserva e à margem das quais eu não vi uma única roça Xerente. Também não deixa de ser significativo observar que todas essas trilhas, quando adentram a aldeia Salto, raramente tomam a direção de uma casa particular porquanto amiúde elas vão dar no seu centro, ou seja, no *warã*, local de cerimônias e ritos localizado no centro da aldeia.

Logo após a escolha do local da roça de toco (*Brukrarê*), uma picada circundando o terreno serve como perímetro. Desde então, o local passa a ser reconhecido pelos outros agricultores como

sendo uma futura roça de alguém. A medida desta área é feita mediante a tarefa, uma medida também utilizada pelos agricultores da região, e que corresponde entre 70/100 e 80/100 de hectare[12]. Pelo que pude apurar, uma família elementar costuma plantar entre duas e quatro tarefas. Para termos uma idéia do rendimento destas roças, um informante, que estava plantando três tarefas de arroz, disse-me esperar uma colheita de até vinte e cinco sacos de arroz de 60 Kg da sua roça. Um fato importante de se notar, e ao qual voltaremos, é que na composição do tamanho destas roças as famílias elementares ou extensas possuidoras de rendas familiares, das quais falamos no capítulo um, como aposentaria, venda de artesanato ou salário de professor, cultivam áreas de roça equivalentes a pouco mais da metade dos outros agricultores, ou seja, entre uma e duas tarefas.

Depois dessa segunda etapa de delimitar a área vem uma terceira, entre o mês de junho e julho, em que o agricultor, juntamente com seus filhos, inicia o trabalho de derrubada (*Brukwã*) do terreno. Esta etapa consiste principalmente em arrancar as árvores maiores e os arbustos que porventura tenham nascido no intervalo de tempo em que a capoeira (*Wuasterê*) ficou sem ser cultivada. Após a derrubada ele inicia o trabalho de brocar o terreno (*Wuazãri*), em que ele arranca os tocos e reúne a galharia com o uso de uma foice. Por fim, como última etapa desse processo de roçagem, toda a cobertura gramínea do terreno é cuidadosamente removida com o trabalho de capinagem (*Zakadupá*). A junção de toda a galharada e capim ficará secando no decorrer de todo o período restante da estiagem, ou seja, até meados de setembro.

Apesar de não ter testemunhado a realização da derrubada e da brocagem, pois elas ocorreram no intervalo entre as minhas duas viagens, os vários relatos colhidos são bastante coerente com este modelo de roçado apresentado e que se processa entre os meses de junho e setembro.

Quando chega setembro, os agricultores verificam a secagem da galharada e dos arbustos que foram derrubados para terem certeza do melhor dia para a coivarada. A realização da queimada, chamada de *Matipro* ou *Rompró*, propicia a formação de compostos inorgânicos férteis que facilitam uma maior concentração mineral[13] no solo logo após as primeiras chuvas, entre setembro e outubro.

As Implicações Etnoecológicas do *Wuasterê*

O manejo do ecossistema pelos Xerente é determinado principalmente pelas práticas de

roçado que eles empreendem anualmente no interior de sua reserva. De fato, a roça é o principal agente nessa relação do homem com a natureza porque ela é praticada generalizada e sistematicamente entre todas as famílias, mesmo aquelas que têm outras formas de rendimentos não tradicionais.

Possivelmente, quando nos referimos anteriormente ao termo “procurar”, para se referir a atitude de um Xerente em iniciar uma nova roça, não estejamos expressando com exatidão a idéia que ele faça desse processo haja vista implicar uma idéia de aleatoriedade, acaso. Observando com uma atenção mais detida, seria mais pertinente afirmar que este ato representa o desempenho de um modelo de etnoecologia bem característico de agriculturas de coivara onde o cultivador “se contenta em voltar a usar pedaços próximos de floresta secundária revertida (sempre mais fácil de limpar que a floresta virgem)” (Sahlins 1970: 49) por causa de sua familiaridade e conhecimento do potencial agrícola daquela área. Para entendermos a idéia subjacente ao processo de roça entre os Xerente, devemos fazer um parêntese e colocar em perspectiva aquilo que eles denominam de *Wuasterê* e sua implicação relativa nos ciclos agrícolas anuais.

O *Wuasterê* é um tipo de capoeira e representa antes de tudo a forma como os Xerente classificam e compreendem a zona ecológica que se forma logo após a colheita da primeira roça que foi levantada. Os Xerente conhecem dezenas dessas capoeiras no interior da mata; seu formato e sua função guardam uma certa semelhança com as *ibê tum*, antigas capoeiras que os Kayapó têm espalhado por uma vasta área de seu território (Posey 1985: 175). Estudando a dinâmica em que opera este sistema, Posey explica que as capoeiras Kayapó se formam a partir dos antigos campos de cultivo que, após a limpeza e plantio, ao invés de serem abandonados,

“continuam a fornecer produtos cultivados durante muitos anos. A batata-doce continua sendo colhida passados 4 a 5 anos após o plantio; o inhame e o cará, 5 a 6 anos; a mandioca produz durante 4 a 6 anos e o mamão pelo espaço de 5 ou mais anos. Algumas variedades de bananeira produzem frutos ao longo de 15 a 20 anos; o urucu (*Bixa orellana*) durante 25 anos e o cupá (*cissus gongylodes*) ao longo de 40 anos.(Posey 1985:174-175)

Para percebermos a amplitude em que é praticado esse sistema de rotatividade agrícola, podemos recorrer, mais uma vez, ao caso dos Sanumá, para quem:

“Uma roça velha não é, estritamente falando, abandonada, a não ser depois de longo

tempo. Ficam ainda alguns produtos aos quais a família volta ano após ano, como banana e pupunha. A pupunheira é uma palmeira que leva vários anos para crescer e amadurecer. Quando começa a produzir, já a roça onde foi plantada está irreconhecível, totalmente tomada pela vegetação secundária. Os Sanumá voltam regularmente às suas pupunheiras na época da seca e então, durante semanas, as casas se enchem dos cachos da fruta vistosa e gorda, altamente apreciada por todos pelo seu sabor e capacidade de sustento. As roças velhas também são frequentadas por pássaros e mamíferos atraídos por alimentos lá deixados e, por sua vez, atraem os caçadores” (Ramos 1990:32).

Os procedimentos envolvidos no erguimento da roça Kayapó e Sanumá, da mesma forma que a Xerente, implicam sempre o conhecido processo de corte-e-queima (*slash-and-burn*) ou cultivo de coivara (*swidden*) tradicionalmente praticado em 30% dos solos cultiváveis do mundo (Moran 1994: 74).

As semelhanças entre o *ibê tum* Kayapó, as *higali a* (roça) Sanumá e o *Wuasterê* Xerente são sobretudo de ordem funcional. Comparando as capoeiras Kayapó e as roças Sanumá, com as capoeiras Xerente, também se percebe que, entre estes últimos, as antigas roças dispõem de produtos como a mandioca, o mamão, a batata-doce e o cará que, no decorrer dos próximos três ou cinco anos, irão frutificar e serem aproveitadas pelas famílias até que o agricultor reative uma nova roça nesta capoeira.

Contudo, certas especificidades funcionais entre o sistema de roça Xerente e os dos Kayapó e Sanumá não devem ser esquecidos para que se possa acentuar suas devidas diferenças. Como primeira diferença fundamental, deve ser colocado que o ecossistema ocupado pelos Kayapó e Sanumá não é o mesmo dos Xerente; os primeiros ocupam uma região de cerrado que se caracteriza por um ecótono de transição com a floresta amazônica e os Sanumá, por sua vez, fazem parte de um ecossistema predominantemente de floresta equatorial tropical. Assim, essas circunstâncias ecológicas não são nada desprezíveis para o entendimento dos sistemas de roça dos três grupos e, sobretudo dos Xerente, porque a variedade de espécies encontradas nas *Ibê tum* e nas *higali a* parecem ser bem maiores do que as *Wuasterê* Xerente pois que, nas duas primeiras, há espécies como o cupá e a pupunha - desconhecidos na área Xerente - e a banana - cultivada em pequena escala pelos Xerente. Além disso, as *Ibê tum* e as *higali a* são atrativos para animais de caça que vêm se alimentar ali, ao passo que na *Wuasterê* Xerente essa função simplesmente não existe porque a fauna cinegética, que os caçadores ilegais das cidades circunvizinhas ainda não conseguiram matar, está situada em áreas de cerradão muito distantes para frequentar as *Wuasterê* próximas às aldeias[14].

Todavia, não se deve depreender do exposto que a *Wuasterê* seja uma zona ecológica com

um papel mínimo. Se por um lado elas não têm a mesma abundância de espécies e de funções que Posey e Ramos encontram entre os Kayapó e os Sanumá, respectivamente, por outro, é através delas que se torna possível a rotatividade de cultivo sem a qual a fertilidade dos solos da reserva rapidamente se esgotaria. Nesse sentido, é pertinente observar que estudos sobre queimadas têm mostrado que a reconstituição da biomassa do cerrado sem fogo ocorre entre dois e três anos (Eiten 1990: 26), justamente a periodicidade mínima que os Xerente dão para voltarem a plantar na capoeira. Esse fato põe em xeque as colocações simplistas e etnocêntricas que apregoam a idéia de que o manejo do ecossistema entre os grupos indígenas ocorre de maneira aleatória e destrutiva[15].

Portanto, se observarmos bem, o papel da *Wuasterê* adquire importância quando o inserimos dentro dos ciclos agrícolas anuais dos Xerente e dos conhecimentos etnoecológicos adquiridos pelo grupo a partir do seu desempenho.

Analisando as práticas de agricultura de coivara (*Swidden*) na Indonésia entre os anos 50 e 60, onde 90% das ilhas externas (*outer islands*) praticavam-na, Geertz já notava que por um certo tempo, mesmo entre os antropólogos, vigorou idéias semelhantes onde se juntavam afirmações depreciativas com generalizações dúbias e inqualificáveis sobre essas práticas, sem que estes analistas observassem que:

“the most distinctive positive characteristic of *swidden agriculture* (...) is that it is integrated into and, when genuinely adaptive, maintains the general structure of the pre-existing natural ecosystem into which it is projected, rather than creating and sustaining one organized along novel lines and displaying novel dynamics. In the tropics (...) this form of cultivation is today largely confined, the systemic congruity between the biotic community man artificially establishes on his *swidden* plot and that which exists there in stable climax independent of his interference (in the main, some variety of tropical forest) is striking. Any form of agriculture represents an effort to alter a given ecosystem in such a way as to increase the flow of energy to man: but a wet-rice terrace accomplishes this through a bold reworking of the natural landscape; *a swidden through a canny imitation of it*” (itálico meu) (Geertz 1962: 16).

Deve-se observar, ainda, que o sistema de roça rotativa pode ser um dos indutores da segmentação de aldeias ocorridas nos últimos anos. Digo assim porque, além do faccionalismo patrilinear e da orientação da FUNAI para que as verbas de postos indígenas fossem para as aldeias, o crescimento populacional que os Xerente conheceram a partir do final dos anos 70 pode ter vindo

acompanhado de uma demanda maior por áreas de roça com solos mais férteis que tem sido emergido como um problema somente nos últimos dez anos. Neste sentido, não é raro encontrar famílias que se mudam de aldeia movidas pela necessidade de melhores terras.

Assim, acreditamos que a cisão dos núcleos de aldeias estaria causando uma distribuição espacial que busca equilibrar a crescente demanda por solos férteis. Esse problema também pode ser correlacionado com outros dois de maiores implicações: a dimensão da área originalmente demarcada para os Xerente na década de 70, quando a população era a metade do que é hoje; e a instauração de projetos desenvolvimentistas atualmente em curso nas proximidades das reservas Xerente.

CAPÍTULO 03

MUDANÇAS DO PADRÃO DE SUBSISTÊNCIA XERENTE

Neste capítulo, damos continuidade à análise do padrão de subsistência tradicional Xerente mostrando-o nas suas semelhanças e diferenças com o padrão de subsistência de outros grupos Jês como os Xavante e os Krahó.

Este capítulo, na verdade, serve como uma transição entre o anterior, onde foi analisado as práticas de roça como forma dominante de manejo do ecossistema e principal item na composição da subsistência tradicional Xerente, e o posterior a este, onde vou analisar as mudanças efetivas dessa subsistência desencadeadas pelos projetos desenvolvimentistas.

O Padrão de Subsistência dos Grupos Jês

Antes dos trabalhos etnográficos de Nimuendajú entre os Jês, predominou a idéia de que as etnias dessa família eram vistas como

“des populations de culture plus rudimentaire; parfois nomades et ignorantes de la construction d’habitations permanentes et de la poterie, elles vivent de cueillette et de ramassage, ou, quand elles sont sédentaires, recourent à la chasse individuelle ou collective, plutôt qu’au jardinage qui reste, chez elles, une occupation d’appoint” (Lévi-Strauss 1958:117).

As pesquisas etnográficas conduzidas pelo *Harvard Central Brazil Research Project*, apesar de não terem a subsistência como escopo principal de suas pesquisas, foram muito importantes para produzir dados mais precisos e atualizados sobre as formas de caça e pesca, o sistema de coleta e as práticas agrícolas dos grupos Jês. Esse padrão de subsistência tem suas transformações operadas a partir do contato com a sociedade nacional envolvente com que os grupos Jês se viram

confrontados.

Tomando como exemplo um destes trabalhos do *Harvard Central Brazil Research Project*, Melatti nos mostra, em sua descrição sobre as atividades de subsistência entre os Krahó, de que forma a agricultura de coivara, tendo como base o mesmo método de corte e queima dos Xerente, e praticada entre junho e outubro, se torna o principal componente da subsistência desse povo; ao passo que outras atividades como a coleta de frutos comestíveis, méis silvestres e a caça individual ou coletiva têm um papel de menor destaque em relação às roças (Melatti 1978: 41-46).

Os Xavante, um outro grupo Jê, tinham como principal fonte da sua subsistência, à época da pesquisa de Maybury-Lewis no final dos anos 50, a coleta diária de raízes, cocos e frutas, mas sem que com isso prescindissem das caçadas individuais e coletivas, um dos assuntos que mais ocupavam as discussões dos homens Xavante, grandes apreciadores de carne; por outro lado, a agricultura não demandava muito tempo dos Xavante porque, segundo Maybury-Lewis, estes não eram lavradores muito eficientes e o trabalho agrícola era visto como enfadonho. Além disso, explica Maybury-Lewis,

“Sua vida nômade dificultava a prática de uma agricultura mais intensiva. Eles costumavam dedicar às suas roças apenas três semanas ou, no máximo, um mês por ano: aproximadamente uma semana pra limpar o terreno e plantar, uma semana para colher o milho e mais uma semana para a colheita do feijão e da abóbora” (Maybury-Lewis 1984: 93).

No que se refere à pesca, só recentemente (final dos anos 50), com a introdução dos anzóis de metal e da linha de *nylon* eles tinham se transformado em pescadores apaixonados, incapazes de pescarem se não tivessem esse material à disposição (*Idem* 97).

Tanto no caso dos Krahó quanto no dos Xavante nos somos confrontados com uma situação onde a subsistência do grupo passa por transformações de ordem estrutural provocadas pelo contato com segmentos da sociedade nacional envolvente. No entanto, essas transformações estruturais não podem ser vistas como exclusivas da pressão da situação de contato interétnico (Cardoso de Oliveira 1978: 152), pois no caso Xavante, o antigo SPI

“tentou insistentemente [persuadi-los] a cultivar outras plantas, especialmente o aipim

(mandioca), arroz e banana [pois achavam eles] que com o passar do tempo, essa região do Mato Grosso seria aberta à colonização e que os Xavante teriam que enfrentar o problema de sobreviver numa fração de seu território original” (*Idem* 94).

Neste caso, a FUNAI, enquanto tutor estatal dotado do poder de mediação entre os índios e o aparelho do Estado (Ramos 1997: 11), desempenha o papel de transformador das estruturas de subsistência dos grupos indígenas em muitos casos à revelia das opções destes. Os processos de transformações da subsistência dos Xerente mostra uma certa semelhança com o processo descrito acima mas que no caso é introduzido pela presença de outros atores, além daqueles representados pela FUNAI e pelos segmentos da sociedades nacional, pois envolve o governo estadual e um poder econômico de escala nacional ligado aos chamados projetos desenvolvimentistas.

O Padrão de Subsistência Xerente

O padrão de subsistência dos grupos Jês, descrito acima como baseado na coleta, na caça, na agricultura e na pesca não se diferencia, na sua essência, do que nos encontramos entre os Xerente. Antes da chegada de Nimuendajú aos Xerente, na década de 30, outras fontes descrevem esse padrão de subsistência consistindo quase nos mesmos elementos encontrados entre os Krahó e os Xavante. Segundo nos conta uma dessas fontes,

“A vida selvagem destes índios resume-se na caça, na pesca, no preparo de artefactos de suas pequenas indústrias, como trança de sêda de burity, para chapéus, cordas, saccos, bolsas, rêdes, esteiras etc., estendendo-se a trabalhos de lavoura em uma ou outra pequena roça de milho, mandioca, batata, inhame, amendoim (sic), arroz, feijão etc.(...).Passam a existência quasi que em caçadas e pescarias, e muito pouco tempo dedicam à lavoura” (Vianna 1927: 41).

O testemunho de Nimuendajú, apesar de apresentar um quadro desolador da subsistência Xerente, nos permite a visão de alguém que fez pesquisa de campo entre os Xerente com um certo distanciamento. Nimuendajú sublinha outros aspectos que não aqueles aos quais Vianna se limita de forma genérica. Afirma o etnólogo teuto-brasileiro:

“At the present it is difficult to form an accurate picture of a properly managed old-style household, which rested primarily on farming and hunting, secondarily on fishing and gathering. The Neobrazilians living around and within Serente territory have eliminated the chase; the majority of the Indians no longer own any agricultural land and rather go hungry than subject themselves to the discomfort of a night on the bank of a river teeming with fish. Most Serente at present find their “economic basis” as beggars, parasites, and thieves, parts played with equal skill by men and women” (Nimuendajú 1942: 33)

Como a causa mais provável para esse quadro amargo da subsistência Xerente, Nimuendajú atribui o fato de que, desde o início do século, o grupo vinha sendo praticamente desmoralizado pelo contato com os neobrasileiros; assim, as pressões dos habitantes das cidades circunvizinhas, teriam levado o grupo à ruína social e econômica, deixando sua cultura em estado de colapso (*Idem* 8).

Uma outra fonte muito importante para o estudo sobre a subsistência Xerente é a do antropólogo inglês, Maybury-Lewis. Esse autor, mesmo não tendo escrito uma monografia sobre os Xerente, na sua narrativa romanceada, *O Selvagem e o Inocente*, descreve suas experiências etnográficas com os Xerente na segunda metade dos anos 50. Apesar de muitas de suas descrições sobre subsistência serem esparsas e incidentais, de modo a se adaptar ao estilo do livro, Maybury-Lewis observa que os Xerente baseiam sua subsistência na utilização do método da derrubada e queima (coivara) como amplamente utilizada pelos índios; sendo que eles recorrem com frequência à coleta de frutos silvestres; à prática da caça coletiva e individual, que apesar de ser tão escassa quanto na época de Nimuendajú, era tida como um valor simbólico para os Xerente “porque deixar de caçar significava deixar de serem eles mesmos e perder seu amor-próprio” (Maybury-Lewis 1990: 77).

Dessa forma, fica evidenciado que o padrão básico da subsistência Xerente, consistindo na roça, na caça, pesca e coleta, apresenta um quadro relativamente estável, de acordo com as descrições etnográficas de Maybury-Lewis e Nimuendajú. Interessante observar que, tanto o trabalho de Nimuendajú quanto o de Maybury-Lewis, não fazem referências claras e precisas sobre a importância do artesanato como formador de renda através da sua venda na cidade, um aspecto já notado por Vianna e a ser ressaltado por Farias.

O trabalho deste último, conduzido no final dos anos 80, descreve um quadro mais detalhado e atualizado sobre os meios de subsistência Xerente, se aproximando, em alguns aspectos, do modelo que nos estamos estudando. Farias, por exemplo, não deixa dúvida de que é da produção agrícola que as aldeias tiram seu sustento da agricultura; em seguida, por ordem de

importância vem a coleta de frutos e de material para a produção de artesanato, a caça à anta, ao caititu, à paca e ao veado e, por fim, a pesca com o tinguí ou o timbó, algo que, conforme averiguação minha, é praticado de forma muito rara, tendo acontecido há quase dois anos na aldeia Salto.

Formas Subsidiárias de Proveito do Ecossistema Pelos Xerente

A maioria dos Xerente conhecem com uma grande exatidão as nuances do ecossistema no qual eles vivem. Uma situação bastante comum, quando podemos acompanhá-los pela mata, são as interrupções ocasionais do curso da marcha por uma trilha para apanhar bacurí, caju-do-campo, pequi, rastrear o vôo de alguma abelha em direção a sua colmeia, identificar o rastro de algum animal ou, quando é o caso, apenas apontar a um leigo no conhecimento da biodiversidade do cerrado - situação na qual eu muitas vezes se enquadrava - o uso que eles dão a determinada erva medicinal.

Esse lidar, essa familiaridade ancestral com o meio, transmitida de geração a geração,^[16] perpassa as diversas gradações presentes no ecossistema. A amplitude da classificação e do conhecimento sistemático dos usos da flora, entre a população Xerente, pode ser apenas presumida porquanto seu levantamento não sido realizado neste trabalho por causa do pouco tempo de campo. Um indício seguro deste conhecimento está no fato de que, ao se perguntar a um adulto o nome de uma árvore, fruto ou planta, qualquer que seja a espécie, eles o respondem na língua Xerente e, em seguida, com um certo esforço de memória dão o vocábulo correspondente em português. As crianças e adolescentes, por sua vez, apoiam-se no mesmo expediente mas raramente são capazes de dizer o nome de uma espécie em outra língua que não a materna.

No fato de perguntar a um Xerente, inúmeras vezes, como eles chamavam uma espécie que eu lhe apontava e ele tentar lembrar “como é que o cristão chama essa planta”, mostra de que maneira os contatos interétnicos fornecem os modelos de interação com um outro mundo que não aquele da socialização original. Entendemos, assim, que não ocorre uma sobreposição plena e irrestrita do recorte conceitual (Lévi-Strauss 1989: 16) de um modelo de compreensão do mundo - a língua portuguesa - sobre aquele no qual os Xerente são socializados - o modelo da língua materna.

Dessa forma, o cerrado fornece frutos *in natura* e ervas medicinais no decorrer de todo o ano. Mas além disso, um outro produto muito importante para a subsistência familiar é o oriundo da

fibra de buriti.

A fibra de buriti é colhida para a confecção de artesanato durante todo o ano. Todavia, pelo que ficou claro nos relatos, o uso da fibra de buriti é mais intenso no auge da época seca e quando as atividades da roça são menos intensas. De fato, o desfiamento da fibra de buriti ou da palha de coco têm seu processo de secagem facilitado pelo período de estiagem no cerrado que vai de maio a outubro.

Este período de estiagem coincide com aquele em que a família elementar Xerente está mais propensa a passar por privações alimentares. Nos últimos anos, essa privação tem sido atenuada pela distribuição mensal de uma cesta básica^[17] rica em carboidratos e amidos mas pouco justa na sua proporção de proteínas - por sinal o nutriente mais parco na dieta Xerente.

Uma alternativa que tem surgido para as famílias tem sido a confecção de cestos, chapéus, fruteiras e bolsinhas para serem vendidas aos comerciantes de Tocantínia ou nas praias fluviais de Porto Nacional, Palmas e, em alguns casos, Ilha do Bananal. Aliás, esse é um dado importante porque a temporada turística das praias fluviais do Tocantins e do Araguaia se tornam um atrativo a mais para que muitas famílias se dediquem às atividades artesanais nesse período. Cumpre reconhecer, que durante esse período, a atividade criadora da mulher assume uma extraordinária importância que não encontra paralelo em outros períodos do ano, pois é ela, juntamente com suas filhas, que se encarrega de toda a criação artesanal; sendo que, em alguns casos, sua atividade vai desde a extração da fibra de buriti nas matas de galeria até a confecção do artesanato.

CAPÍTULO 04

PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS

Realidade e Natureza das Relações Interétnicas dos Xerente

A localização das duas reservas da etnia Xerente na confluência das cidades de Pedro Afonso, Rio Sono, Tocantínia, Lajeado e Miracema é decisiva para a constituição de relações interétnicas baseadas em atividades como recebimento de aposentadorias ou pensões, venda de artesanato, e mão-de-obra indígena que também entram na constituição da subsistência Xerente.

Fica aqui explícito que o uso do termo “relações interétnicas”, neste trabalho, está relacionado à discussão que Roberto Cardoso de Oliveira enceta sobre o contato interétnico. Segundo esse autor, o fenômeno do contato tem uma dupla dimensão “de estado ou etapa em que se acha uma determinada população ou grupo indígena na história de seu relacionamento com outro povo, ou seja, o grau de contacto, e de processo, isto é, o modo pelo qual o contacto evolui e se desenvolve, os mecanismos que lhe são subjacentes, sua estruturação e sua dinâmica” (Cardoso de Oliveira 1978: 152).

Ainda no que concerne ao estado ou etapa de contato interétnico dos Xerente, junto com as atividades acima, mediam as relações interétnicas o intercâmbio de bens, serviços e relações interpessoais contraídas pelos membros das diversas aldeias nestas cidades e que estão consubstanciadas em atividades como a utilização dos serviços de saúde, o desempenho de atividades de lazer (futebol, dama, dominó) e as visitas aos parentes residentes na cidade. No caso de algumas aldeias, como a Bela Vista, a ausência da “voadeira” (barco a motor) e as distâncias equivalentes a 40 km (ida e volta) não intimidam as pessoas a fazer o percurso de bicicleta ou a pé.

Num primeiro momento, a análise do contato Xerente com estas cidades nos mostra relações interétnicas que têm um alcance material limitado à natureza do espaço regional ocupado por aqueles núcleos urbanos. Nos termos dados pelas atividades e relações acima citadas, enquanto expressões necessárias das relações interétnicas, tanto o conteúdo de uma quanto de outra não fogem ao seu teor de natureza regional porque não há nenhuma atividade econômica ou social, em ambas as cidades, que possa inseri-las num escala material além da regional. Todavia, conforme

tentaremos mostrar, a natureza e o alcance dessas relações interétnicas e, em última instância, a subsistência tradicional dos Xerente parece começar a mudar em razão de uma nova realidade econômica e geopolítica que começa a se configurar na região onde se localizam as terras Xerente.

Mudanças na Natureza das Relações Interétnicas e na Subsistência dos Xerente

A divisão do estado de Goiás e respectiva instituição do estado do Tocantins, pela Constituição de 1988, veio desencadear um novo momento histórico, político, econômico e social para toda a população habitante desta faixa territorial da região Norte[18]. Com efeito, a inauguração de Palmas, em 1993, e a demanda por infra-estrutura básica na consolidação de um Estado da federação em formação impulsionaram de maneira decisiva sua economia.

Decorreu dessa linha econômica uma política desenvolvimentista baseada na implantação de hidrelétricas, rodovias e investimentos em infra-estrutura básica atendendo às novas demandas de consumo estadual. São exemplos desse processo a construção da Hidrelétrica do Lajeado; o prolongamento e asfaltamento da rodovia TO-10 e, como terceiro exemplo, o projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Cada um desses projetos desenvolvimentistas têm duas características comuns que nos interessa analisar: a dimensão constitutiva de todos eles procura inserir a economia do estado do Tocantins numa escala nacional até então inexistente e, por um outro lado, todas as cidades que estabelecem relações interétnicas com os Xerente estão na confluência desses empreendimentos que, por consequência, incidirão sua influência sobre as relações interétnicas e subsistência das aldeias Xerente.

Ao afirmarmos que esses projetos desenvolvimentistas apontam para uma inserção da economia do estado do Tocantins numa escala nacional, com consequentes efeitos nas relações interétnicas e, sobretudo, no nível de subsistência das aldeias Xerente, entendemos suas características como semelhantes às de outros projetos de desenvolvimento que, de acordo com a análise de Ribeiro a partir do exemplo da UH de Yacyretá, têm uma “multiplicidade de instituições e atores sociais envolvidos em seu planejamento e em sua execução” (Ribeiro 1991:24).

De modo a compreendermos a subsistência Xerente num sentido mais amplo, vamos considerar ainda, neste capítulo, aqueles projetos desenvolvimentistas implantados no interior das aldeias Xerente que serão denominados de projetos desenvolvimentistas intra-aldeias. No caso da aldeia Salto, os projetos desenvolvimentistas intra-aldeias são as roças mecanizadas, a instalação de

energia elétrica, a construção de casas de alvenaria (Salto) entre outros projetos desenvolvimentistas de dimensões intra-aldeias, que, também neste caso, envolve uma multiplicidade de instituições e atores sociais como a FUNAI e o governo estadual através de acordos com lideranças Xerente.

A descrição desses projetos desenvolvimentistas (exógenos e intra-aldeias) que são levantadas a seguir tem tão-somente o objetivo de mostrá-los incidindo sua influência sobre a subsistência tradicional dos Xerente da aldeia Salto. Quando viermos a falar dos aspectos desenvolvimentistas desses projetos estaremos analisando-os apenas de forma parcial, deixando de lado, portanto, toda uma problemática que, mais uma vez reiteramos Ribeiro, concerne a uma multiplicidade de instituições e atores sociais envolvidos em seu planejamento e em sua execução que foge ao escopo deste trabalho.

Os Projetos Desenvolvimentistas Exógenos

A hidrografia que corta a reserva Xerente é dominada pelo rio Tocantins, a partir do qual também se originam alguns braços de afluentes que formam diversos ribeirões (Jenipapo, Custeio, Porteira, Piabanha) e córregos (Baixão, Lajeado, Buzina, Bebedouro) dentro das terras dos Xerente. À Leste da reserva os limites fronteirios serão estabelecidos pelo rio do Sono, o principal afluente do Tocantins a cortar a região.

Os ribeirões e igarapés que recortam as terras Xerente são de importância capital para a subsistência de todas as aldeias porque sem a água, nem sempre suficientemente potável nessas fontes, a vida seria totalmente diferente na localidade. Também é nesses ribeirões e igarapés que os Xerente lavam roupa, tomam banho e usufruem do seu lazer.

O rio Tocantins, por sua vez, tem suas margens amplamente exploradas para o plantio de roças de vazante (*Brû*) principalmente pelas aldeias situadas nas proximidades do rio como Salto, Bela Vista e Porteira. Apesar de sua extensão e da importância agrícola que assume para os Xerente, nos dias atuais o Tocantins tem contribuído em muito pouco para a subsistência ictiofaunica do grupo. Esse fato pode ser atribuído a duas causas: o escasseamento de peixes do rio Tocantins causado pela pesca descontrolada e clandestina dos pescadores das cidades circunvizinhas, que dia e noite pescam ao longo de todo o rio equipados de tarrafas, redes e barcos; e, como segunda causa, a construção da Hidrelétrica do Lajeado.

A UH do Lajeado é um projeto elaborado e executado por um consórcio de empresas[\[19\]](#)

onde fica evidenciado um empreendimento com um alcance além da escala meramente regional. A construção desta hidrelétrica foi iniciada em julho de 1998 e a primeira fase do desvio do rio Tocantins foi concluída em outubro de 1998; a previsão é de que ela tenha uma capacidade de produzir 609 MW de energia média anual.

Os primeiros efeitos desse projeto já começam a ser sentidos na área Xerente porque sobretudo a riqueza ictiofaunica, até então um dos poucos componentes protéticos na subsistência das aldeias está, provavelmente, sendo diretamente atingido pela transposição de peixes através da barragem. É pertinente exemplificar que a literatura sobre os efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos registram situações semelhantes ao da UH do Lajeado, já que, no caso da UH de Sobradinho, a construção da barragem além de inviabilizar a pesca tradicional, alterou o regime dos rio “subvertendo todo o esquema de referência da percepção social da população ribeirinha” (Sigaud 1988: 122).

A Hidrovia Araguaia-Tocantins, um segundo projeto desenvolvimentista com efeitos diretos sobre a população Xerente, tem como uma de suas metas a dragagem do rio Tocantins para aprofundamento do canal por onde deverão passar as chatas e comboios. Segundo relatório elaborado pelo antropólogo Luis Roberto de Paula, os danos dessa obra poderão implicar o assoreamento e erosão das margens, remoção de sedimentos e aumento da velocidade do rio, devastação da mata ciliar. Esse efeitos resultarão, assim, num impacto direto sobre a subsistência das três aldeias Xerente supracitadas. Ainda segundo Roberto de Paula, os efeitos desse projeto, quando iniciada sua construção, não se limitarão às roças de vazante (*Bru*) situadas à margem do rio, mas também no aparecimento de doenças infecto-contagiosas como dengue, malária e esquistossomose dentre outro efeitos entre os Xerente (Roberto de Paula).

Em outro relatório, Roberto de Paula avalia as implicações de um terceiro projeto desenvolvimentista em torno das terras Xerente. Trata-se do asfaltamento da rodovia estadual TO-010, um projeto do governo do estado do Tocantins que há vários anos suscita conflitos com os Xerente do Funil (Santos 1995: 34). O asfaltamento desta estrada, no trecho que atravessa a reserva Funil, poderá representar a possibilidade de atropelamentos, degradação do cemitério indígena localizado a menos de 50 metros da rodovia, aumento do índice de alcoolismo entre indivíduos da reserva [20]do Funil, invasão da área indígena por estranhos entre outras consequências que podem acirrar ainda mais o conflito entre os Xerente e os brancos naquela localidade.

Portanto, postulamos que a UH do Lajeado e a Hidrovia Tocantins-Araguaia, a rodovia TO-10 têm como objetivo inserir a economia do estado do Tocantins numa escala nacional, pois, no caso da rodovia TO-10, assim como ela se apresenta hoje é uma via de ligação entre o Tocantins e os estados de Goiás e Maranhão servindo como alternativa estadual à importante rodovia Belém-

Brasília.

Projetos Desenvolvementistas Intra-aldeia

Ao adentrarmos a aldeia Salto, suas casas de alvenaria alicerçadas em tijolo anápolis, telhas de barro, janelas e portas venezianas, estabelecem de imediato uma diferença estrutural dessa aldeia em comparação às outras 33 (incluindo as da reserva Funil) da etnia Xerente. Cada uma dessas casas segue um padrão único de três cômodos, em que são dois de 4 x 5 - funcionando como cozinha, quarto ou dispensa - e, um terceiro de 8 X 5, acessado por duas portas laterais totalizando, assim, uma casinhola de 60 m². Detalhe a ser observado é que as casas seguem a antiga disposição circular das aldeias Xerente, procedimento espacial abandonado pela maioria delas atualmente.

A construção dessas casas foi concluída no segundo semestre de 1996, quando os Xerente do Salto, sob a liderança e coordenação do ex-cacique Siptamonwê, fizeram um “acordo”[\[21\]](#) com o governo estadual para a implantação de um projeto de infra-estrutura na aldeia constituído de 26 casas de alvenaria, uma escola, um galpão comunitário, um posto de saúde, um poço artesiano, um chiqueiro com uma vara de porcos, um curral com 56 vacas, energia elétrica, água encanada sob a forma de chafariz e um campo de futebol gramado. A aldeia Salto, por ser a maior dentre as nove administradas pelo PI-Xerente, seria apenas o estopim de um projeto mais amplo que contemplaria as outras oito aldeias com outras “melhorias” como a doação de um caminhão, um criatório de peixes e roças coletivas mecanizadas para as quais seriam plantados 50 alqueires de arroz, 5 alqueires de laranja, 5 alqueires de abacate, 5 alqueires de abacaxi, 5 alqueires de capim pastoso e, por fim, a doação de 3 automóveis a serem partilhados coletivamente pelas nove aldeias.

No entanto, conforme o acordo, apenas as casas, o posto de saúde, o curral (sem as vacas), a escola, o galpão comunitário e os 50 alqueires de arroz, foram cumpridos. O desenrolar subsequente desse acordo passa pela compreensão de uma situação de conflito abaixo narrada que, se o acordo não o engendrou, entra como um elemento ativo à medida que, no momento de seu desencadeamento, ele se deu à revelia dos Xerente e levou a mudanças em dois aspectos da organização social do grupo: a sucessão da liderança e a subsistência.

Uma denúncia do então cacique da aldeia Salto, Valdir Siptamonwê, em março de 98, a uma rede de televisão, à qual ele afirmava que a metade da roça de 50 alqueires de arroz tinha sido plantada fora do prazo e a morosidade dos técnicos agrícolas do governo estadual estariam

comprometendo a colheita do que ainda poderia ser salvo. O governador do estado, Siqueira Campos, sentindo-se atingido pelo teor da matéria decidiu por intermédio de uma assessora, Kátia Abreu, suspender o andamento de todos os acordos com os Xerente até a continuidade de Siptamonwê na liderança do Salto.

Após a chegada do ultimato do governador à aldeia Salto, um dado conjuntural a mais, referente a constituição de facções patrilineares no interior do grupo (Farias 1995: 181), tornou a situação complicada. O vice-cacique Pedro Warõ, segundo relatos ouvidos de informantes da metade de Siptamonwê, vivia em aberta discordância com a atuação da liderança deste e entrevistou no ultimato do governador o pretexto que ele precisava para destituir seu adversário. Na iminência da não efetivação das outras etapas do convênio, a comunidade decidiu, em maio de 98, referendar a destituição de Siptamonwê, conforme tinha sido apresentada pela metade de Warõ, de forma provisória até a efetiva implementação dos acordos efetuados com o governo estadual.

A situação de conflito descrita acima tem implicações em outros aspectos da organização social do grupo. Após a colheita dos 25 alqueires de arroz[22] que conseguiram salvar, por exemplo, o pomo da discórdia se tornou a divisão do arroz. Qual a proporção de arroz a ser distribuída para cada família? A divisão deveria se basear no número de pessoas por família ou no trabalho investido por cada agricultor? Qual a proporção atribuída às residências dos velhos? E a sobra de adubo poderia ser permutada com os fazendeiros da região? Estes foram, em grande parte, os temas que animaram o teor das discussões.

O encaminhamento de soluções para conflitos desencadeados no nível da faccionalidade patrilinear, e acirrados por mecanismos externos, parece não ser singular e único na história dos Xerente porque outros antecedentes podem iluminar esta questão. Quando estive a trabalho de campo entre os Xerente, Agenor Farias, repete quase em pormenores o que acabamos de descrever. Afirma ele que

“estas roças [mecanizadas] são um verdadeiro engodo. No ano de 1987, havia apenas um trator em condições mínimas de trabalho para todas as 9 aldeias. Era também um só técnico agrícola para acompanhar todos os ‘projetos’. Muitas roças foram plantadas completamente fora do prazo, o que comprometeu irremediavelmente sua produtividade, assim como quilos e quilos de adubo foram desperdiçados, por não terem sido adequadamente armazenados.

Os Xerente sabem que, na verdade, podem contar mesmo é com a roça de toco, que depende exclusivamente de seu próprio trabalho” (Farias 1990: 68-69)

Olhando os efeitos dessas roças mecanizadas além da esfera da organização social, podemos notar que o ecossistema foi submetido a desmatamentos sistemáticos para a implementação de roças. Como muitas roças não foram levantadas, as matas de galeria, ou ciliares, acabaram por serem as mais atingidas com a perda do número de espécies como o buriti e o babaçu tornando iminente os riscos de erodização do solo. O desmatamento para o plantio de arroz (50 alqueires), por exemplo, deixou um descampado não reutilizado após a colheita que propiciou a formação de vastas nuvens de poeira nas manhãs ventosas durante o período da ultima estiagem, que pode ter sido uma das causas do grande número de doenças pulmonares como bronquite e pneumonia e dos focos de tracoma[23], doenças que têm na sujeira do ar contaminado em épocas de secas um dos seus agentes transmissores.

Partindo da análise de alguns fatos, poderíamos correlacioná-los com os eventos descritos acima e tentar extrair outras consequências desses projetos desenvolvimentistas intra-aldeias. Em primeiro lugar, devemos notar que o município de Tocantínia tem na sua base eleitoral um contingente de 740[24] índios Xerente; nas últimas eleições esse percentual de eleitores vinha sendo notado pelos candidatos à Câmara de Vereadores e à Prefeitura como um importante determinante da composição dos poderes locais. À época de campanhas eleitorais, por exemplo, muitos candidatos passaram a assediar os Xerente eleitores concedendo jogos de camisas, construindo campos de futebol, distribuindo cestas básicas ou assegurando transporte gratuito no dia das eleições. Na última eleição municipal, de 1996, o juiz eleitoral de Tocantínia foi obrigado a proibir qualquer tipo de campanha eleitoral em terras indígenas. Uma medida que provavelmente não atingiu os acordos entre candidatos e lideranças de aldeias, pois uma vasta parentela pode votar alinhado com seus caciques.

Esse contingente eleitoral também não é insignificante para o governador, sempre interessado em manter um eleitorado que lhe seja fiel. Assim, uma maneira original de contornar a proibição legal de campanhas eleitorais em terras indígenas foi a implementação dos projetos desenvolvimentistas intra-aldeias desde sempre reivindicados por lideranças Xerente insatisfeitas com benefícios equivalentes obtidos por outros grupos como os Javaé e os Carajá, da Ilha do Bananal[25].

As análises acima expostas nos permitem esboçar uma síntese da conjuntura onde se percebe dois pontos principais. No primeiro deles, as relações interétnicas dos Xerente passam por uma mudança de sua natureza regional para uma de natureza atrelada às demandas dos interesses da economia de escala nacional com evidentes efeitos sobre a subsistência do grupo. Todos os projetos desenvolvimentistas exógenos que analisamos (Hidrovia Araguaia-Tocantins, Rodovia TO-10 e Hidrelétrica do Lajeado) incidem sua influência sobre a subsistência Xerente com a idéia de serem

empreendimentos fundados em interesses nacionais que estão na base de sua constituição (consórcios) e de seus objetivos (demandas da economia de escala nacional). Esse último aspecto, aliás, mostra de que forma os projetos desenvolvimentistas “favorecem grandes concentrações econômicas nacionais e internacionais em detrimento das populações locais” (Ribeiro 1991:28).

O segundo ponto tem correlação com este último à medida que seu perfil de desenvolvimentismo intra-aldeia transcende seu objetivo de atender às circunstâncias de uma conjuntura - reforçar a base eleitoral dos dirigentes estaduais - e se subordina aos interesses mais amplos de uma economia de escala nacional que tem sua ascensão progressista obstruída por uma população de índios detentora de mais de 200.000 hectares (Funil e Xerente).

CONCLUSÃO

PERSPECTIVAS ATUAIS DA SUBSISTÊNCIA XERENTE

O foco de nossa análise, à medida que abordou o manejo do ecossistema, o sistema de roça e os projetos desenvolvimentistas ligados ao grupo Xerente nos conduziu a um ponto onde todos eles incidiam, de alguma maneira, sobre uma subsistência considerada no seu sentido mais amplo. Cabe lembrarmos que, uma subsistência no sentido amplo, só pôde incluir elementos como aposentadorias, salários dos professores e venda do artesanato, porque estas atividades são dotadas de uma continuidade regular que lhes permite influir no tamanho das roças, ainda o principal item da subsistência Xerente. Dessa forma, justifica-se a não inclusão de um item como as cestas básicas porque estas sempre dependem dos fornecimentos da CONAB ou da FUNAI.

As atividades de subsistência que fogem à esfera da subsistência mais tradicional, baseada no manejo do ecossistema, nos permite visualizar a mudança estrutural que se opera na subsistência do grupo. Um ponto que ilustra bem esse processo é o tempo investido no trabalho, pois, se um professor ou produtor de artesanato, ocupava seu tempo com a roça, suas atividades atuais o fazem protelar ou mesmo comprimir o tempo que dedicava aos trabalhos agrícolas. Para termos uma idéia do alcance deste problema, em 1978 Mattos afirmava que

“O incentivo da venda de artesanato foi tão grande, num certo momento da comercialização, que acabou prejudicando a atividade agrícola. Na aldeia do Funil, por exemplo, apenas a 12 Km da cidade, alguns índios abandonaram quase que praticamente a atividade agrícola e passaram a viver do produto da venda do artesanato. Aquelas constantes viagens para a cidade levando enfeites para vender e voltando com víveres necessários como o arroz, a farinha, a carne e, na maioria das vezes, com bebidas alcoólicas, prejudicaram sensivelmente a vida social do grupo e os tornou extremamente dependentes daquele tipo de comércio incipiente” (Mattos 1978:4).

Todavia, a influência da venda do artesanato sobre as práticas agrícolas não deve ser vista na sua forma absoluta porque, conforme tínhamos observado no capítulo dois, atualmente a elevação da produção do artesanato ocorre no período da seca, principalmente entre os meses de junho e

setembro, pouco comprometendo o andamento do trabalho da roça. Dois aspectos são fundamentais para isso: por um lado, a maior insolação e a estiagem desse período facilitam a secagem a céu aberto da fibra de buriti, matéria-prima do artesanato; por outro, os Xerente costumam produzir grande quantidade deste artesanato neste período porque eles podem vendê-lo em localidades como Palmas, Porto Nacional ou Ilha do Bananal, quando a temporada turística de praias fluviais dos rios Tocantins e Araguaia facilita o escoamento da produção e os preços alcançados são bem mais altos do que aqueles pagos pelos comerciantes de Tocantínia ou Miracema.

Dentro dessa mesma ordem de consideração, podemos afirmar que os aposentados não exercem as atividades agrícolas numa escala equivalente à dos adultos pelas razões que a idade dita. A maior parte deles são pessoas de saúde fragilizada, obrigadas a fazerem constantes deslocamentos até o hospital de Miracema; dentre os doze *wawê* (ancião) aposentados da aldeia Salto, apenas dois, Moacir Wuankrurê e Luis Ambrósio Kibazitmenkwá, plantavam extensões de terra acima de duas tarefas, ou seja, acima dos agricultores de sua faixa etária e próximo à média dos adultos. Deve ser destacado que essa situação é válida apenas nos casos em que estes aposentados constituem família elementar porque, em um dos casos da aldeia Salto, o aposentado fazia parte de uma família extensa juntamente com sua esposa, genro, filha e netos. Para alguns observadores, a família extensa é uma instituição tão importante entre os Xerente que ela chega a ser de muito maior importância que a família nuclear (Mattos 1978:6). Nossa experiência no Salto, no entanto, nos mostra que, das trinta e três famílias dessa aldeia, comprovadamente em apenas cinco havia uma situação de família extensa haja vista que, em outros casos, o que havia era um processo de partilha de bens e serviços determinados por laços de parentesco entre as famílias elementares. Contudo, não podemos generalizar essa observação porque não sabemos até que ponto ela é resultante do atual processo de faccionalismo das aldeias Xerente nem se ela é uma situação específica da organização social da aldeia Salto.

Neste sentido, os projetos desenvolvimentistas intra-aldeias têm sido objetos de grandes discussões nas reuniões que as lideranças realizam com frequência. Quando os ânimos se acirram nestas reuniões, costuma-se ouvir acusações de que os Xerente estão ficando “egoístas”, pois só querem lutar para ter projetos na própria aldeia onde eles moram (tradução de informante).

Podemos constatar, no início deste trabalho, de que forma os Xerente mantêm mais de duzentos anos de contato com a sociedade nacional marcado por embates cuja tônica muda conforme o contexto histórico. Uma característica marcante dos seus confrontos com a sociedade nacional envolvente é pelo reconhecimento cultural enquanto etnia autônoma, e habitantes de um espaço territorial constantemente assediado pelas populações das cidades que se instalaram nos seus arredores. Esses confrontos pela terra, conforme vimos, aparece como fato marcante para que, a

partir do final dos anos 50, o poder reivindicatório dos Xerente, pela demarcação de suas terras, seja gradativamente reconhecido pelo poder público federal com o registro definitivo da área Xerente, em 1985 e, o Funil, em 1990.

Com uma prática de roça baseada no sistema de derrubada e queima, em que as especificidades do sistema são marcadas pelo *Wuasterê*, os principais produtos oriundos desta roça são principalmente o arroz, o milho, o feijão, a mandioca, o cará e algumas frutas como mamão e melancia que proporcionam o sustento de uma família elementar ou extensa, quando é o caso, ao longo do ano.

Tendo sido analisadas em conjunto com as práticas extrativistas, as roças formam o componente principal da subsistência tradicional Xerente. Vistas como um todo, esses dois componentes permitem o manejo do ecossistema mediante o antropismo que lhes são inerentes.

Num quadro mais amplo, da forma como analisamos, a subsistência Xerente passa por transformações que nos permitiu incluir outros elementos como aposentadorias, vendas de artesanato e salários dos professores que se colocam nos dias de hoje como uma alternativa ao predomínio da roça na subsistência do grupo.

Para a compreensão dessas mudanças na subsistência Xerente, partimos para uma análise das implicações dos projetos desenvolvimentistas que, numa lógica mais ampla do que podemos analisar, nos mostrou a influencia destes na formação da subsistência do grupo. No caso das aldeias Salto, Bela Vista e Porteira suas práticas de caça e pesca e o sistema de roça de vazante (*Bru*) têm seu desempenho irremediavelmente comprometido pelas transformações pelas quais o rio Tocantins passou a sofrer desde o início da construção da Hidrelétrica do Lajeado.

Naquilo que a análise nos permitiu entrever, os projetos desenvolvimentistas exógenos que surgem nos arredores das reservas Xerente vêm determinar uma mudança na natureza das relações interétnicas entre as aldeias Xerente e as cidades circunvizinhas. Se essas relações interétnicas eram até então dominadas por uma natureza regional, ligadas ao caráter eminentemente regional da economia, da política e da cultura das cidades circunvizinhas às duas reservas, os projetos desenvolvimentistas mudam essa natureza inserindo-as numa escala nacional haja vista a constituição e os objetivos desses projetos desenvolvimentistas exógenos.

No que concerne aos chamados projetos desenvolvimentistas intra-aldeias, realizados com o apoio do governo estadual e da FUNAI, podemos perceber sua influência sobre as formas de organização social Xerente sem que saibamos, ainda, a escala e a magnitude em que esse processo opera na organização social. Para ilustrarmos essa influência dos projetos desenvolvimentistas sobre a organização social, relembramos a construção das casas de alvenaria, na aldeia Salto, que foram

feitas obedecendo à antiga disposição espacial circular das aldeias Xerente, uma estrutura hoje abandonada pela maioria das aldeias e, além disso, houve a sucessão do cacique catalisada a partir das discordâncias do então cacique Valdir Siptamonwê com os membros do governo estadual.

Portanto, de todos os processos de transformações da subsistência tradicional Xerente que analisamos, não se deve concluir que o grupo seja mero espectador desse processo, pois que dentro dessa dinâmica eles mantêm o domínio de uma lógica que lhes é peculiar, como ocorreu na sucessão do cacique, quando uma situação de conflito entre metades já era dada. Para finalizarmos, as palavras de um *Wawê* (ancião), indignado porque alguns visitantes afirmavam que seu grupo tinham deixado de ser índio, por estarem morando em casas de alvenaria, ilustra de maneira exemplar essa capacidade de responder às transformações de fora. Afirmou ele:

“você branco não podem querer que a gente ande todo o tempo no mato nu e pintando, caçando de arco e flecha e se lambuzando de mel feito os antigos. Porque depois que vocês trouxeram roupa, espingarda e açúcar vocês não podem sonegar que a gente tenha acesso a isso tudo e nem a gente precisa tá todo tempo pintado pra mostrar que é índio porque nos temos nossas festas e tradições, feitas nas épocas” (Abraão Sumenkwá).

BIBLIOGRAFIA

Aragão, Luis Tarley de.(1990). Ocupação Humana no Cerrado de Brasília. In: *Cerrado: Caracterização, Ocupação e Perspectivas*. Maria Novaes Pinto (Org.) - Brasília: Ed. UnB e Sematec-DF, pp. 163-180.

Barbosa, Altair & Nascimento, Itaboraí V. (1989): Processos Culturais Associados à Vegetação do Cerrado. In: *Cerrado: Caracterização, Ocupação e Perspectivas*. Maria Novaes Pinto (Org.) - Brasília: Ed. UnB e Sematec-DF, pp. 147-162.

Brasil, Americano. (1924) Cunha Mattos em Goyaz, 1824-1826. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: tomo 96, vol. 150, pp. 177-251.

Cardoso de Oliveira, R. (1978). *Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Ed. UnB/Tempo Brasileiro.

CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) (1986). *Povos Indígena no Brasil - 85/86*. São Paulo/ Rio de Janeiro: CEDI, Aconteceu Especial 17.

Coutinho, Leopoldo M. (1992): O Cerrado e a Ecologia do Fogo. In: *Ciência Hoje, Vol. Especial Eco-Brasil*, pp 130-137.

Eiten, George. (1990): A Vegetação do Cerrado. In: *Cerrado: Caracterização, Ocupação e Perspectivas*. Maria Novaes Pinto (Org.) - Brasília: Ed. UnB e Sematec-DF, pp. 9-65.

Evans-Pritchard, E.E. (1978) *Bruxaria, Oráculos e Magia Entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Farias, Agenor José T.P. (1994) *Fluxos Sociais Xerente: Organização Social e Dinâmica das Relações Entre Aldeias*. Departamento de Antropologia da FFLCH-USP. (Dissertação de Mestrado).

Folha de São Paulo. (1998). Nação Escondida. 8 de Novembro, p.1.

FUNAI (Fundação Nacional do Índio) (1998). *Relatório Geral Índios do Brasil*. Brasília.

Geertz, Clifford (1963). *Agricultural Involution: The Processes of Ecological Change In Indonésia*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press.

Graham, Laura (1986). Uma Aldeia Por Um Projeto. In: *Povos Indígena no Brasil - 85/86*. São

Paulo/Rio de Janeiro: CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), Aconteceu Especial 17, pp. 348-350.

ISA (Instituto Sócio-Ambiental) (1996). *Povos Indígenas no Brasil -1994/1995*. São Paulo.

Lévi-Strauss, Claude (1989). *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Ed. Papirus.

_____ (1958). *Anthropologie Strutturale*. Paris: Librairie Plon.

Little, Paul (1999). Environments and Environmentalisms in Anthropological Research: Facing a New Millennium. (Mimeo)

Magalhães, B. (1927) Algumas Notas Sobre os Xerente. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: vol. 155, tomo 101, pp 5-30.

Malinowski, B. (1978). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. In: Os Pensadores. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 2ª Edição.

Mattos, Rinaldo de (1973). Fonêmica Xerente. *Arquivo Linguístico N° 172*. Brasília: SIL(Summer Institute of Linguistics), pp. 79-100.

_____ (1978). Informações Gerais Sobre os Xerente. (Mimeo). Tocantínia/TO.

Maybury-Lewis, David. (1966) Some Crucial Distinctions in Central Brazilian Ethnology. In: *Anthropo 60*, pp. 340-358.

_____ (1990). *O Selvagem e o Inocente*. São Paulo: Editora da Unicamp.

_____ (1984). *A Sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves.

_____ (1979) Cultural Categories of the Central Gê. In: *Dialectical Societies: The Gê and Bororo of Central Brazil*. Edited by David Maybury-Lewis, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Melatti, J.C. (1993). *Índios do Brasil*. São Paulo-Brasília: 7ª Edição, Edunb/ Hucitec.

_____ (1978). *Ritos de Uma Tribo Timbira*. São Paulo: Ed. Ática.

Milton, Kay. (1997). Ecologies: Anthropologie, Culture et Environnement. In: *Revue Internationale des Sciences Sociales*. Vol. 49 Issue 04. Décembre 154. Unesco/ érès, pp. 519-538.

Moran, Emílio (1994). *Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo: Ed. Edusp.

Nimuendajú, Curt. (1942) *The Serente*. Los Angeles.

Paternostro, Júlio. (1945). *Viagem ao Rio Tocantins*. Companhia Editora Nacional. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Serie 5ª Vol. 248.

Paula, Luis Roberto. (S/D). Relatório Estrada TO 010 - Trecho do Funil. (mimeo)

_____ (S/D). Relatório Hidrovia Araguaia - Tocantins. (mimeo)

Posey, Darrell [1985] (1987): Manejo de Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kayapó). In: *Suma Etnológica Brasileira. vol. 01 "Etnobiologia"*. Berta G. Ribeiro.(Org.). Petrópolis.RJ: Ed. Vozes, pp. 173-188.

Ramos, Alcida Rita (1990). *Memórias Sanumá: Espaço e Tempo em uma Sociedade Yanomami*. São

Paulo/Brasília: Ed. UnB/Marco Zero.

_____(1997). Convivência Interétnica no Brasil: Os índios e a Nação Brasileira. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional “Autonomías étnicas y estados nacionales” organizado por Alicia Barabas e Miguel Bartolomé, Oaxaca, México, 25-27 de junho.

_____(1998). Keywords For Prejudice (Cap. 01). In: *Indigenism: Ethnic Politics in Brazil*. The University of Wisconsin Press, pp. 13-59.

Ribeiro, Gustavo Lins (1991). *Empresas Transnacionais: Um Grande Projeto Por Dentro*. São Paulo: Ed. Marco Zero/ANPOCS.

Rocha, Antônio J.A, Márcio Antônio Naves & José da Cruz e Souza (1992). ***Guia do Meio Ambiente: Coletânea de Temas***. Brasília: Tablóide - Editora & Publicidade.

Sahlins, Marshal. [1968] (1970): ***Sociedades Tribais***. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Santana Braga, Maria Lúcia de. (1998). As Políticas Desenvolvimentistas e Ambientais Brasileiras e Seus Impactos na Região dos Cerrados. In: *Tristes Cerrados: Sociedade e Biodiversidade*. Duarte, Laura Maria Goulart & Maria Lúcia de Santana Braga (orgs). Ed. Paralelo 15, pp. 95-123

Santos, Luciane Arruda. (1995). *Ocupação Territorial Xerente: Avanços e Recuos*. Universidade Católica de Goiás - Faculdade de História. (Dissertação de Graduação).

Sigaud, Lygia. (1988). Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho. In: *Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares: Aspectos Econômicos, Tecnológicos, Ambientais e Sociais*. Luiz Pinguelli Rosa, Lygia Sigaud & Otávio Mielnik (Coordenação). Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero/Cnpq & AIE/COPPE.

Souza Dias, Bráulio Ferreira de (1990): A Conservação da Natureza no Cerrado Brasileiro. In: *Cerrado: Caracterização, Ocupação e Perspectivas*. Maria Novaes Pinto (Org.) - Brasília: Ed. UnB e Sematec-DF, pp. 583-641.

Taggia, Frei Rafael. “Mappas dos Indios Cherentes e Chavantes na Nova Povoação de Therezza Christina no Rio Tocantins e dos Índios Charaós da Aldêa de Pedro Affonso nas Margens do Mesmo Rio, ao Norte da Província de Goyaz”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: tomo 19 (t. 6 da 3ª série), pp. 119-124.

Toledo, Victor M. (1992). What is Ethnoecology? - Origins, Scope and Implications of a Rising Discipline. In: *Ethnoecológica*, vol. I, nº.01, pp. 05-21.

Veja (1998). Gato Por Lebre: Foto Confunde Causa Com Efeito do Fogo em Roraima. 22 de Abril, p.

Vianna, Urbino. (1927) Akuen ou Xerente. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: vol. 155, tomo 101, pp. 33-48.

Woortmann, Ellen & Klaas Woortmann (1997). *O Trabalho da Terra : A Lógica e a Simbólica da Lavoura Camponesa*. Brasília: Ed. UnB.

ANEXOS

(Fotos do autor)

Roça de vazante (*Bru*), constituída de feijão trepa-pau e plantada à margem do rio Tocantins. Ao fundo vê-se um babaçuzal.

Roça mecanizada (*Bruarê*) para 50 alqueires de arroz, logo após a colheita.

Ahauerê (etnia Javaé e integrado aos Xerente) extrai palha de coco e fibra de buriti.

No centro, com o caderno na mão, Silvino Sirinawê coordena a distribuição de cestas básicas da CONAB. Sem camisa, à direita e de frente, Pedro Warõ, atual cacique.

Prática da coivara (*Matipró* ou *Rompró*).

Família elementar retira o “ligumi”, gramíneas e leguminosas, como última etapa prévia ao plantio da roça de toco (*Brukrarê*).

Reunião de lideranças no galpão comunitário da aldeia Salto.

“Foto da capa: Kibazitmenkwá indo à roça de toco”

[1] É curioso notar que o ponto onde se localizava o aldeamento da Graciosa - a confluência do rio Taquaruçú com o rio Tocantins - seja o local onde hoje anualmente é realizada a praia fluvial da Graciosa, um dos pontos turísticos mais badalados de Palmas entre os meses de junho e setembro.

[2] Esse é um dos termos que usaremos neste trabalho para se referir às constantes mobilidades espaciais das famílias Xerente, em substituição ao tradicional vocábulo **nômade**, pois, conforme nos alerta Ramos, esse termo traz em si dois problemas no seu uso “First, as a value judgement it opens the way for criminalization of indigenous peoples who somehow evade control (...) Second, as a concept nomadism is far from covering what it is meant to cover” (Ramos 1998: 39)

[3] Conforme observa Melatti, fora desses três troncos e não-classificadas se encontram mais de 10 famílias linguísticas indígenas.

[4] Seguimos, neste ponto, o Mapa de Vegetação do Brasil, elaborado pelo IBGE/RADAM BRASIL (1988), onde a área do cerrado localizada no Centro-Oeste é denominada como seu *core* determinante, tendo em vista as disjunções do ecossistema nas regiões Norte, Sul e Sudeste.

[5] Cada posto indígena está encarregado de “administrar” um certo número de aldeias, ou seja, atender demandas e ouvir reivindicações. O local em que trabalhei, por exemplo, havia um posto administrando nove aldeias.

[6] Rinaldo de Mattos, fonte dessa informação, também afirma que, na década de 80, um dos chefes de posto resolveu adotar uma política de ocupação integral da reserva Xerente nas localidades que se encontravam sob ameaça de invasão e implantou o Posto Indígena Mirassol, para onde se dirigiram 7 aldeias. Todavia achamos que a solução dessa questão fica em suspenso haja vista não dispormos de elementos para averiguá-la em maiores detalhes.

[7] Para maiores detalhes sobre este rito ver Farias, A . 1994

[8] A Folha de São Paulo, de 08/11/98, trazia como foto destaque de primeira página um índio ladeado por uma bola debaixo de um gol com a seguinte legenda: “O atacante Wa’ikaira, 16, da tribo Xerente, vai jogar futebol na Bélgica; o preconceito leva índios que vivem em São Paulo a mentir sobre sua origem para obter empregos.”

[9] Os outros quatro grandes tipos de vegetação importante do Brasil são: a floresta amazônia, a floresta atlântica, a caatinga do Nordeste e as pradarias de campo limpo gramíneo do Sul (Eiten 1990: 9).

[10] Nesse sentido, ver na bibliografia duas coletâneas citadas reunindo diferentes especialistas que discutem as perspectivas ecológicas, políticas, econômicas e sociais do cerrado: a primeira organizada por Maria Novaes Pinto (1990) e, a segunda, por Laura Maria Goulart Duarte & Maria Lúcia de Santana Braga (1998).

[11] Esse dado é do atual cacique da aldeia Salto, Pedro Warõ, também um desses professores.

[12] Segundo Melatti, como as roças Krahó são plantadas em áreas muito exíguas, elas costumam ter apenas entre 88/100 e 13/100 de hectare (Melatti 1978: 50-51).

[13] Esse esclarecimento eu devo ao Profº Eiyti Kato, da FAV-UnB. Segundo ele, os estudos sobre os efeitos do fogo na fertilidade do solo do cerrado ainda são muito recentes e pouco conclusivos mas, de acordo com pesquisas conduzidas por ele, aparentemente a influência do fogo sobre a fertilidade do solo é pouca.

[14] Essa informação não pode ser generalizada para toda a reserva Xerente, porque em outras aldeias próximas à serra do Lajeado, existe uma atividade de caça mais intensa.

[15] Ver nesse sentido a matéria da Revista Veja em anexo “Gato por lebre : Foto confunde causa com efeito do fogo em Roraima”, publicada por VEJA em 22/04/98, um misto de etnocentrismo e desinformação.

[16] Dawakreikwa, considerado o maior e um dos poucos caçadores da aldeia Salto, me contou como ele adquiriu as habilidades em reconhecer rastros, alimentação e os hábitos dos diversos animais por intermédio dos ensinamentos do seu pai, recentemente falecido e caçador não menos afamado.

[17] A cesta básica, conforme testemunhei, se compõe de 4 kg de fubá, 4 kg de macarrão, 2 litros de óleo de soja, 1 kg de farinha de mandioca, 3 litros de feijão e 5 kg de arroz. A razão para isso, segundo afirmou o atual cacique da aldeia Salto, Pedro Warõ, é que os alimentos são distribuídos pela Diretoria Regional da Funai, em Gurupi, e os componentes da cesta básica como açúcar, café, biscoito entre outros ficam retidos para serem consumidos na Casa do Índio.

[18] Apesar de ocupar a região Centro-Oeste, quando era parte do estado de Goiás, o atual estado do Tocantins ficou pertencendo à região Norte, após sua emancipação.

[19] De acordo com o *Folder* da UH do Lajeado seu consórcio é constituído pela empresas CELTINS - Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins; EEVP - Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A ; EDP - Eletricidade de Portugal S.A ; CEB - Cia. Energética de Brasília e CPEE - Cia. Paulista de Energia Elétrica.

[20] A reserva do Funil é frequentemente apontada pelos Xerente das aldeias da outra reserva como ávidos consumidores de bebidas alcóolicas. No entanto, não é incomum casos de alcoolismo em qualquer aldeia, como a próprio Salto, onde testemunhei o caso de dois homens que consumiam bebidas alcóolicas sempre que iam “à rua” (cidade), porque dentro da aldeia eles eram terminantemente proibidos de consumi-las pelo cacique e, se o faziam, era sempre às ocultas.

[21] Uso a palavra acordo porque assim me foi relatado pelo cacique Valdir Siptamonwê, mas infelizmente não me foi possível ter acesso a nenhum documento referente a estes projetos.

[22] Até onde sei, e assim me foi contado pelos Xerente do Salto, esses 25 alqueires foram colhidos graças a um acordo estabelecido com um fazendeiro da região, e mediado pela FUNAI, em que ele se comprometia a colher todo o arroz desde que os Xerente o pagassem com uma parcela da colheita. Guardados as devidas proporções do exemplo, seria o caso de recorremos ao argumento central de Ribeiro (1991) e mostrar que no planejamento e execução deste projeto de desenvolvimento houve uma multiplicidade de instituições (FUNAI, Governo Estadual, Secretaria de Educação) e atores sociais envolvidos (lideranças Xerente, fazendeiro, governador, assessores governamentais, chefe de posto).

[23] Em junho de 1998, quando estive na minha primeira viagem de campo junto aos Xerente, equipes volantes da FNS (Fundação Nacional de Saúde) estavam percorrendo as aldeias porque eles suspeitavam da existência de inúmeros focos de tracoma, doença que provoca cegueira irreversível por causa das más condições higiênicas.

[24] Esses dados são do ex-prefeito de Tocantínia, Raimundo Xuxu Bucart

[25] Os Xerente sempre gostavam de comparar esses projetos desenvolvimentistas com os dos Carajá e Javaé da Ilha do Bananal. Numa dessas comparações, o cacique Valdir Siptamonwê chegou a alegar que os Xerente ainda não tinham conseguido mais “melhorias” para as aldeias deles porque não eram famosos nem apareciam em revistas e na televisão como os Xavante (sic).